

O impacto da migração laboral em Odemira – O desafio da integração

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Margarida Alexandra Fonseca Agostinho

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e
Transnacionalismo**

Junho, 2022

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da professora Dulce Pimentel e coorientação da Professora Alina Esteves.

Agradecimentos

A escolha em ingressar no mestrado de Migrações, Interetnicidades e Transnacionalismo foi tomada com o intuito de poder contribuir para um mundo em que se construam mais pontes e menos muros entre as pessoas migrantes e não migrantes.

Posto isto, quero agradecer a todos aqueles que têm contribuído para a concretização deste sonho e, também, para a finalização da minha tese de investigação.

Primeiramente, quero agradecer às minhas orientadoras, Professora Doutora Dulce Pimentel e Professora Doutora Alina Esteves, que estiveram sempre disponíveis para me orientar com uma palavra de incentivo e força.

Em segundo, à minha mãe, pai, irmã e namorado, por acreditarem sempre nas minhas capacidades e motivarem-me para seguir os meus sonhos.

E, por fim, uma última palavra de agradecimento aos entrevistados, que, apesar das circunstâncias de pandemia, encontraram disponibilidade para partilhar as suas experiências e conhecimento.

Resumo

Esta investigação analisa o crescimento da entrada de migrantes que se observou, na última década, em Odemira, motivado pelo aumento da exploração agrícola neste território do Alentejo Litoral. Várias empresas agrícolas encontraram no município as condições ideais para se estabelecerem e criarem grandes cadeias de produção. A falta de mão-de-obra para suprir as necessidades destas empresas levou ao recrutamento de trabalhadores estrangeiros. Migrantes com nacionalidades muito diversas - tailandeses, nepaleses, indianos e búlgaros, entre outros - começaram a chegar em massa para desempenhar trabalhos que os portugueses não aceitam. A diversidade ao nível das nacionalidades tornou-se um desafio local, devido às diferenças linguísticas, culturais e religiosas. Entidades governamentais e não-governamentais decidiram trabalhar em conjunto para um objetivo comum e colocaram em marcha o Plano Municipal para a Integração de Migrantes, que começou em 2015 e tem vindo a estender-se até à atualidade, sendo renovado conforme as necessidades que se detetam no concelho. Para mitigar as diferenças entre a população local e os migrantes, o processo de integração poderá ser consolidado através da atribuição de direitos aos migrantes no domínio político, económico, social e cultural. A metodologia utilizada nesta investigação foi a qualitativa, com a análise bibliográfica de artigos, jornais, livros e documentos institucionais e, também, a realização de entrevistas, de forma a responder à pergunta de partida: Pode o concelho de Odemira ser considerado um exemplo pioneiro na integração de migrantes?

Palavras-chave: migração laboral; diversidade; integração de imigrantes; Odemira.

Abstract

This investigation analyzes the growth in the entry of migrants that has been observed in the last decade in Odemira, motivated by the increase in agricultural exploitation in this territory of the Alentejo Litoral. Several agricultural companies found in the municipality the ideal conditions to establish themselves and create large production chains. The lack of manpower to supply the needs of these companies led to the recruitment of foreign workers. Migrants with very different nationalities - Thais, Nepalese, Indians and Bulgarians, among others - began to arrive in masse to perform jobs that the Portuguese do not accept. Diversity in terms of nationalities has become a local challenge, due to linguistic, cultural and religious differences. Governmental and non-governmental entities decided to work together towards a common objective and set in motion the Municipal Plan for the integration of migrants, which began in 2015 and has continued to date, being renewed according to the needs that are detected in the county. To mitigate the differences between the local population and migrants, the integration process can be consolidated through the attribution of rights to migrants in the political, economic, social and cultural domain. The methodology used in this investigation was qualitative, with a bibliographic analysis of articles, newspapers, books and institutional documents, as well as interviews, in order to answer the starting question: Can the municipality of Odemira be considered a pioneering example in the integration of migrants?

Keywords:labour migration; diversity; integration of migrants; Odemira

Índice

Introdução	8
Capítulo I – Problemática, Objetivos e Metodologia	11
1.1 Problemática.....	11
1.2 Objetivos	12
1.3 Metodologia	12
Capítulo II. Modelos histórico-estruturais da teoria das migrações	15
2.1 Teoria do mercado de trabalho dual.....	15
2.2 Teorias dos sistemas migratórios e das redes sociais.....	19
Capítulo III – A integração de migrantes nas sociedades de acolhimento	23
3.1 Conceptualização e debate teórico	23
3.2 Quadro europeu e nacional sobre a integração dos migrantes	29
3.2.1 União Europeia.....	29
3.2.2 Portugal	32
Capítulo IV – O fenómeno migratório em Odemira (2008-2019)	37
4.1 Contextualização	37
4.2 Desafios: integração social e cultural.....	38
4.3 Políticas governamentais e não-governamentais de integração	40
Capítulo V- Conclusão	47
Referências bibliográficas	51
Outras fontes	57
Anexos	59
Guiões das Entrevistas	59
Entrevista 1.....	59
Entrevista 2.....	59
Entrevista 3.....	60
Entrevista 4.....	61

Introdução

Em Portugal, o volume de fluxos migratórios com motivações laborais sofreu um aumento considerável nas últimas duas décadas (Esteves *et al.* 2017). Segundo dados do SEF, em 2008 o total de população estrangeira com autorização de residência em Portugal era de 436 020 e, em 2020, o seu número triplicou (661 607). Na região do Alentejo, no sul do país, Odemira é um dos municípios em que se tem verificado um aumento substancial da chegada de migrantes - em 2020, dos 24.671 residentes no território, 9.615 eram estrangeiros. Em 2019, a população estrangeira era de 8157, o que representa um acréscimo de cerca de 18% (PORDATA, 2021). Este aumento deve-se à instalação de empresas de agricultura intensiva, que são sustentadas pelo recrutamento de mão-de-obra estrangeira, de forma a garantirem as suas produções de hortícolas e frutos em estufas e plantações/culturas ao ar livre (sem abrigo).

O início deste processo remonta a 1980, quando se verificou uma intensificação dos investimentos estrangeiros no setor da agricultura em vários territórios rurais, nomeadamente nos países da Europa do Sul. Esta é uma agricultura empresarial, que assenta na intensificação do capital e do trabalho (Pereira *et al.* 2016).

Em 1986, ano da adesão dos países ibéricos à CEE, concretiza-se o primeiro investimento estrangeiro na hortofruticultura intensiva no município de Odemira, mais especificamente, na “zona do Brejão”, localizada na Zambujeira do Mar. A empresa responsável foi a Vitacress – produtora de saladas frescas, sendo seguida pela Frupor, empresa criada por um empresário norueguês com a finalidade de produzir couve chinesa para exportação para os países do Norte da Europa. Em 1988 surge outro projeto agrícola, a empresa Odefruta, fundada pelo empresário francês Thierry Roussel, que decidiu estabelecer “sistemas de regadio modernos, estufas, fertilizantes químicos, fitofármacos e pesticidas” (Moreno, Esteves, e Fonseca 2016), de forma a intensificar a produção de frutas e legumes, em particular a produção de morangos, perto do Brejão. Para a operacionalização deste negócio, o empresário recebeu apoio comunitário, através do “Programa Operacional para o Desenvolvimento da Zona entre Mira e Guadiana”, porém a empresa acabou por falir em 1994, dando espaço para outras se desenvolverem e aproveitarem o potencial do território odemirense, fazendo uso de diferentes técnicas de cultivo, que permitem obter produções durante o ano inteiro.

As dinâmicas anuais de produção intensiva de produtos hortofrutícolas e de flores e plantas, tiveram repercussões ao nível da gestão do recrutamento de mão-de-obra, levando as empresas a atrair migrantes para desempenhar funções no setor, nomeadamente nas estufas. Em pouco tempo, a composição da população residente em Odemira alterou-se, passando um quarto a ser constituído por cidadãos estrangeiros de diversas nacionalidades, nomeadamente, asiáticos¹ e búlgaros, que sustentam o trabalho agrícola especializado neste concelho (Câmara Municipal de Odemira, 2015). Este novo cenário demográfico, de carácter *sui generis*, veio trazer novos desafios, no que concerne à gestão de novas dinâmicas sociais no município de Odemira, em que indivíduos de diferentes nacionalidades, culturas e religiões têm de aprender a coexistir juntos, na mesma sociedade. Tal como afirma Pires (2021), “quando há imigração, há um aumento da diversidade nas sociedades onde os imigrantes se fixaram. Podem se fixar de forma mais transitória ou permanente, mas, independentemente do tempo, há sempre desafios quer aos imigrantes, quer às sociedades de acolhimento, quer às políticas”.

Esta investigação procurará responder à pergunta: “Será que poderemos considerar Odemira um concelho pioneiro na integração de migrantes?”. Para encontrar resposta a esta questão, temos como objetivos: identificar as políticas de integração governamentais e não-governamentais, que têm sido estruturadas e aplicadas no município e concluir se estas têm produzido resultados no sentido de melhorar o nível de integração destas comunidades.

¹ No contexto nacional, Odemira é o município onde se verificou, entre 2008 e 2016, o maior aumento no número de cidadãos com origem na Ásia (**1,2% entre 2008 e 2013 e 3,5% entre 2013 e 2016**). No ano 2013, a nacionalidade tailandesa representava 13,2% do total de estrangeiros residentes, passando para 18,9% em 2017, enquanto a nacionalidade búlgara se manteve como a mais expressiva no concelho (34.1% e 24.1%, em 2013 e 2017, respetivamente). A alteração dá-se na terceira nacionalidade mais representativa, que em 2013 era a alemã (12.3%), ultrapassada em 2017 pela nacionalidade nepalesa (9,8% do total de estrangeiros) (Câmara Municipal de Odemira, 2018).

Para uma melhor compreensão do objeto de estudo, o trabalho está dividido em vários capítulos: o capítulo I, destinado à identificação da problemática, inclui dois momentos – um dedicado à compreensão das diversas abordagens possíveis para analisar o problema e as suas características base, considerando que existem várias formas de pensar a integração de imigrantes, e um segundo em que se definem as referências a adotar, estabelecendo os limites de análise à pesquisa.

No segundo capítulo, dissertamos sobre as teorias explicativas dos fluxos migratórios, que identificámos como as que melhor permitem compreender a realidade migratória em Odemira, nomeadamente a teoria do mercado dual de trabalho, que argumenta existirem diferentes oportunidades de emprego para imigrantes e nativos dada a segmentação do mercado de trabalho, explicando assim porque é que os portugueses rejeitam os trabalhos que acabam ocupados pelos imigrantes; e a teoria dos sistemas migratórios, que considera existirem países (dois ou mais) que se relacionam entre si através de fluxos migratório, explicando deste modo que Portugal está envolvido em vários sistemas, nomeadamente no asiático e, ainda, a teoria das redes, que esclarecerá o facto dos imigrantes não atuarem isoladamente, pois chegam a Portugal através de redes constituídas por amigos, familiares e empresas de trabalho temporário.

O capítulo III versa sobre a integração de imigrantes na sociedade de acolhimento, mais especificamente, o debate teórico em torno da questão, considerando as diferentes perspetivas de vários autores, em que se procura delimitar o conceito de “integração” e, numa segunda parte, contextualizar o quadro europeu e nacional para a integração, ou seja, as políticas que têm sido estabelecidas para a consolidação deste processo, com foco nos Planos Municipais para a Integração de Migrantes (PMIM), e se analisa detalhadamente o PMIM de Odemira.

O quarto capítulo é dedicado à compreensão do fenómeno migratório no município, seguindo uma linha temporal desde o início dos primeiros fluxos até à atualidade, tendo em consideração a alteração dos perfis dos imigrantes e os desafios que têm surgido nos últimos anos para integrar estas novas comunidades no território.

Capítulo I – Problemática, Objetivos e Metodologia

1.1 Problemática

Nesta investigação, pretendemos analisar de que forma o processo de integração de migrantes laborais tem sido operacionalizado no município de Odemira, considerando que, quando falamos em integração de migrantes, o nível local importa e as autoridades locais exercem um papel fulcral para a consolidação deste processo (OECD, 2018). Tal como afirmam, Zapata-Barrero, Caponio, e Scholten (2017), as cidades e regiões têm vindo a criar agendas próprias e estratégias políticas para a integração dos migrantes, tendo em conta a questão da diversidade.

Entre 2015 e 2020, a Câmara Municipal de Odemira formalizou dois planos municipais para a integração de migrantes, que serão objeto de análise nesta investigação, inseridos no projeto “Odemira Integra” – que visa criar medidas de acolhimento e integração de imigrantes nacionais de países terceiros. Estes planos pressupõem a intervenção da Câmara em várias áreas, como a habitação, educação, trabalho e saúde, com a parceria de várias instituições e associações locais (Câmara Municipal de Odemira, 2015).

Porém, apesar da formalização e consensualização deste projeto e respetivos planos, surgem dúvidas sobre a sua eficácia e resultados. José Alberto Guerreiro, presidente da Câmara de Odemira em 2019, confirmou numa entrevista ao jornal Público (2019), a existência de vários constrangimentos no território que dificultam a integração destas comunidades, explicando que um dos maiores obstáculos é a crise habitacional, ou seja, a inexistência de oferta de habitação para os imigrantes, a questão do choque cultural e o facto de as escolas não estarem preparadas para educar crianças de diferentes nacionalidades. Admite também que no “Plano Municipal para a Integração de Imigrantes” se reconhece a falta de conhecimento sobre a dimensão da imigração a nível local, sabe-se que o fenómeno existe, mas não se consegue quantificar (Diaz, 2019).

Para além disto, os imigrantes quando chegam ao território não trazem apenas capacidade laboral, mas também hábitos, identidade cultural, língua própria – esta bagagem materializa-se, muitas vezes, em barreiras e constrangimentos, para o migrante que chega e para a sociedade que acolhe (Interculturalidade, 2018), tornando-se fundamental direcionarmos o nosso foco para a integração social e cultural, partindo do pressuposto que a diversidade / especificidades culturais são dois fatores desafiantes no que concerne à consolidação da integração dos imigrantes na sociedade.

1.2 Objetivos

A presente investigação visa a produção de um maior conhecimento sobre o fenómeno migratório no município de Odemira e as tendências e formas que este tem adquirido desde 2008, partindo da premissa que durante este período ocorreram mudanças no perfil dos imigrantes, alterações no mercado de trabalho e também em relação aos desafios que o paradigma migratório acaba por gerar, tanto no espectro da integração social, como cultural dos imigrantes.

Para além do objetivo de analisar a integração social e cultural dos imigrantes laborais no concelho a partir do ponto de vista de um imigrante – que representa os muitos que chegam ao concelho de Odemira para trabalhar, considera-se também fundamental perceber o papel das instituições/associações públicas (Câmara Municipal de Odemira e Juntas de Freguesia), da Associação Solim e da Organização Cooperativa para o desenvolvimento integrado – a Taipa -, de modo a identificar a forma como encaram a presença estas comunidades migrantes, ou seja, como criam um equilíbrio entre a dicotomia do choque cultural/integração e que projetos/planos têm sido desenvolvidos no sentido de acolher e integrar os imigrantes no concelho.

Pensamos conduzir a investigação para obter respostas de diferentes entidades presentes no território, que convivam diariamente com a(s) comunidade(s) de imigrantes que desempenham funções de cariz laboral, de forma a compreender como é que estas percebem a integração dos migrantes, de que forma a integração se materializa no município de Odemira e, por outro lado, encontrar resposta para a pergunta: Podemos considerar Odemira um concelho pioneiro e inovador na integração de imigrantes?

1.3 Metodologia

Ao nível da metodologia, começamos por proceder à revisão de bibliografia relacionada com o tema, com base em estudos e artigos científicos sobre a migração e a integração dos imigrantes. Relativamente aos dados a analisar, como por exemplo dados estatísticos sobre a evolução dos cidadãos estrangeiros a viver e trabalhar em Odemira (análise de *stocks* e fluxos), inclui a consulta de fontes oficiais, nomeadamente os portais do SEF, Pordata e OIM.

A metodologia escolhida é a qualitativa, que foi consolidada através da operacionalização de trabalho de campo, com a realização de 4 entrevistas – a 1 imigrante e a 3 instituições públicas.

A escolha dos entrevistados não foi aleatória – o imigrante entrevistado encontra-se a viver no concelho de Odemira há mais de um ano e, atualmente, acompanha processos de recrutamento de outros imigrantes para fins laborais, fornecendo auxílio a estes com habitação e trabalho. Para além disto, é um imigrante que já passou por diferentes etapas de integração no concelho, portanto foi uma mais valia conhecer a sua experiência e perspetiva sobre a forma como a integração de imigrantes está a ser operacionalizada no concelho e saber, na primeira pessoa, se ele sente que está integrado na comunidade.

As instituições públicas escolhidas foram: a organização TAIPA, representada pela Dra. Teresa Barradas; a Câmara municipal de Odemira, representada pela Vereadora da ação Social, a Doutora Isabel Raposo e a Associação Solim, representada pelo diretor Alberto Matos. A TAIPA é a Organização cooperativa para o desenvolvimento integrado, que trabalha em sinergia com a Câmara municipal de Odemira, executando vários projetos sociais, com o objetivo de contribuir para uma resposta sustentada às necessidades dos imigrantes, logo, tornou-se fundamental conseguir realizar esta entrevista, de forma a extrairmos informação sobre como se tem consolidado o processo de integração dos imigrantes e os resultados que tem produzido na prática. A Vereadora da Ação social atual expôs as suas visões em relação aos desafios da integração em Odemira, possibilitando a transmissão de conhecimento sobre os projetos que a instituição tem levado a cabo e o compromisso que esta tem para com os imigrantes que chegam ao território. Por fim, o Diretor da Associação Solim, que trouxe a voz da experiência de alguém que está no terreno e se debate diariamente com as necessidades dos imigrantes, o seu olhar crítico sobre a temática da migração laboral no concelho foi fundamental para a estruturar a resposta à pergunta de investigação.

A análise adotada privilegiou a contextualização do fenómeno e a visão dos atores sociais sobre o mesmo, atribuindo valor aos significados que os entrevistados estabeleceram no decorrer das entrevistas.

No entanto, é importante mencionar que existiram algumas limitações no desenvolvimento da investigação. Primeiramente, porque foi realizada entre outubro de 2020 e junho de 2022, ou seja, em período de pandemia Covid-19, o que levou ao aumento da dificuldade no processo de encontrar pessoas para as entrevistas devido ao isolamento social, limitando o aprofundamento do conhecimento e, também, a objetividade na resposta à pergunta de investigação. Outra limitação que se fez notar foi a dificuldade em encontrar imigrantes que preenchessem os critérios estabelecidos: falar inglês ou

português e estar a viver em Odemira há mais de 1 ano, porque uma grande parte dos imigrantes ou não sabe falar inglês ou português ou está em Odemira apenas a trabalhar em período sazonal. E a investigação também não inclui a perspetiva da comunidade local – ou seja, das pessoas que vivem em Odemira e têm presenciado esta mudança da realidade migratória no território. Penso que, para ser uma investigação mais completa e fundamentada, teria sido importante conseguir entrevistar uma amostra de pessoas com um maior nível de heterogeneidade, de forma a comparar as diferentes visões relativamente à integração dos imigrantes. Contudo, foi fundamental e enriquecedor ter tido a possibilidade de entrevistar entidades governamentais e não governamentais, contribuindo assim para uma melhor compreensão do conceito *local-turn* e governação local e, também, para uma maior consciencialização sobre a evolução do fenómeno migratório em Odemira.

Capítulo II. Modelos histórico-estruturais da teoria das migrações

2.1 Teoria do mercado de trabalho dual

Ao longo da história, as teorias explicativas das migrações não se têm revelado imutáveis, nem unívocas, nem consensuais; contrariamente, têm sido objeto de diferentes abordagens e alterações. No final do século XIX e início do século XX, o estudo do fenómeno migratório teve um ímpeto importante, devido à intensidade dos movimentos migratórios, tanto ao nível interno – do campo para a cidade, como entre continentes. Desta forma, no decorrer do século XX, verificou-se um maior interesse relativamente ao estudo das migrações porém, o que foi desenvolvido em termos de estudos e pesquisas acabou por estar incorporado em diferentes áreas científicas, como por exemplo, a geografia, a economia e a sociologia. Assim, os estudos sobre migrações constituem uma “manta de retalhos” interdisciplinar, sendo ainda hoje desenvolvidos sob várias perspectivas teóricas e sem uma autonomização própria. Tal como refere Peixoto (2004), não é possível afirmar a existência de uma “teoria geral das migrações”.

Os modelos histórico-estruturais das migrações surgem neste contexto interdisciplinar, considerando que para se proceder a uma análise coerente das dinâmicas e relações que constituem o fenómeno migratório, é necessário ter como foco de estudo, não um, mas vários fatores, nomeadamente de cariz histórico e estruturalista.

Ernst Georg Ravenstein, geógrafo-cartógrafo, publicou as “leis da migração”, baseadas em dados empíricos, nomeadamente do recenseamento britânico (1881) e de outros países da Europa e da América. Estas leis assentam num grupo de princípios que, segundo King (2012) podem ser sintetizados da seguinte forma: em primeiro lugar, o princípio de que os migrantes percorrem essencialmente curtas distâncias e os que se deslocam por distâncias mais longas, dirigem-se para os grandes centros industriais e comerciais; a maior parte da migração dá-se das áreas agrícolas para as industriais; as grandes cidades crescem mais devido às migrações, do que pelo saldo natural; a migração aumenta com o desenvolvimento industrial, do comércio e do setor dos transportes; cada fluxo migratório irá gerar um contra-fluxo (lei referente ao que denominamos hoje de: migração bidirecional, migração líquida e migração de retorno); as mulheres migram mais que os homens, porém, a distâncias mais curtas; os homens acabam por ser a maioria na migração internacional e a maior causa da migração é a económica.

Em 1966, Lee criou uma nova versão deste modelo, demonstrando a complexidade do fenómeno migratório, e argumentando que as variações no volume das migrações estão interligadas à heterogeneidade das regiões, das respetivas populações e dos obstáculos com que estas se confrontam diariamente, em particular, em relação às oscilações económicas. O autor defende ainda, que independentemente da distância e das dificuldades subjacentes ao processo de emigração, devemos ter sempre em conta o fator origem, o destino, os obstáculos e os fatores pessoais que intervêm no processo migratório. A origem e o destino têm um papel preponderante sendo que, em cada um deles existem várias causas, que influenciam o indivíduo na tomada de decisão de migrar ou não. Esta decisão é determinada pelos fatores de “atração e repulsão” – os fatores de atração no destino levam os indivíduos a sentirem-se atraídos a migrar para determinado país ou região, com a expectativa de encontrar melhores condições de vida e bem-estar já os fatores de repulsão estão presentes na origem e encontram-se ligados ao contexto em que o indivíduo está inserido, ou seja, à existência de determinadas condições, que induzem a escolha, muitas vezes forçada, de emigrar, como por exemplo: pobreza, falta de acesso à saúde ou catástrofes naturais. Castles, Haas e Miller (2014) concordam com alguns aspetos desta visão, justificando que este tipo de abordagem teórica transmite conhecimento sobre as causas das migrações, através da análise da fusão dos fatores de atração e de repulsão.

Na migração laboral, os fatores de repulsão, que levam os migrantes a emigrar são, maioritariamente, a ausência de oportunidades de emprego, enquanto os fatores de atração prendem-se com a existência de oportunidades de emprego. Uma grande parte da imigração em Portugal tem, na sua origem, motivações económicas, ou seja, os imigrantes destinam-se a ocupar vagas de emprego no mercado de trabalho, que não são supridas pela mão-de-obra nacional nas condições oferecidas pelas entidades empregadoras (Esteves *et al*, 2017).

Os obstáculos identificados no modelo também determinam a forma que o processo emigratório vai tomando ao longo da sua consolidação, tais como: a dificuldade no acesso a meios de transporte, barreiras territoriais e políticas migratórias restritivas, que resultam em leis, que condicionam as entradas de imigrantes no destino. Estes fatores podem fragilizar a perpetuação do fluxo, ou seja, segundo a teoria “*push and pull*”, o volume de migrantes é “diretamente proporcional” aos fatores de atração (oportunidades) no destino e “inversamente proporcional” aos obstáculos que surgem ao longo do processo.

Michael Piore, na teoria dos “birds of passage”, foca-se nos fatores de atração, utilizando a teoria do mercado de trabalho dual para defender a ideia de que a migração é, essencialmente, motivada pela procura de mão-de-obra. A migração laboral surge assim como uma consequência inevitável das necessidades das sociedades industriais avançadas, que procuram trabalhadores que aceitem baixos salários e más condições laborais, de forma a preencherem vagas de empregos que os habitantes locais não querem aceitar. A teoria de Piore (1979) mantém-se atual quando observamos as dinâmicas de recrutamento das empresas agrícolas no município de Odemira, que começaram por se especializar numa agricultura intensiva de culturas hortofrutícolas, surgindo assim uma grande necessidade de recrutamento massivo de trabalhadores devido à difícil mecanização dos procedimentos. Esteves *et al.* (2017) especificam que a “(...) reduzida população local, os baixos valores salariais praticados, as duras condições de trabalho e o pouco prestígio social do trabalho assalariado na agricultura em Portugal, têm levado as empresas do ramo a contratarem temporária, ou permanentemente, trabalhadores estrangeiros, quer de Estados da UE28 (Roménia, Bulgária, por exemplo), quer de países terceiros, designadamente asiáticos.”

No entanto, no último quarto do século XX, as migrações internacionais sofreram algumas mudanças – tanto ao nível da heterogeneidade na composição dos fluxos, como no maior número de países de origem e de países de receção para migrar; a procura por mão-de-obra nas sociedades recetoras também sofreu mutações, ao nível do volume; medidas restritivas às entradas e permanência de imigrantes e o surgimento de novas formas de imigração, nomeadamente, a irregular (Arango, 2003). Consequentemente, a forma de analisar as migrações alterou-se e a integração nas sociedades recetoras deixou de ser encarada de uma forma linear, surgindo assim a chamada “era das migrações”, conceito formulado por Castles, Haas e Miller (2014). Estes autores defendem que as migrações alteram as dinâmicas da sociedade de origem e da sociedade de destino e argumentam que as “mudanças económicas, políticas e culturais” que têm surgido na atualidade são determinantes na transformação dos padrões migratórios. Compreendemos assim que os pressupostos neoclássicos, que privilegiam a escolha racional individual, em detrimento da análise das estruturas sociais em que o indivíduo está inserido, revelam limitações para um entendimento aprofundado das migrações (Rio, 2014).

Neste contexto, surgiram os modelos histórico-estruturais, que têm como espetro de análise vários elementos, que constituem um sistema próprio e exercem influência sobre

as migrações. Estes assentam na lógica de que estes elementos - económico, político e social são interdependentes, ou seja, estabelecem uma relação simbiótica, não sendo plausível a sua análise de forma separada (dos Santos *et al*, 2010).

Um desenvolvimento teórico proveniente da economia que se insere nas análises macro das migrações e que mencionámos anteriormente, é a teoria do “mercado de trabalho dual” (Nolasco, 2016). Esta teoria centra-se nas diferenças nos setores laborais, que surgem na década de 1960 como refutação da ideia do “mercado equilibrado”, defendida pela economia neoclássica, sendo que as mudanças estruturais das economias fordistas e a consolidação de novas formas de regulação, originaram a criação de setores precários e a necessidade de mão-de-obra “flexível” – esta é uma realidade, que se intensifica com as novas "reestruturações" produzidas pelo fenómeno da globalização (Peixoto, 2004).

Piore (1978) desenvolveu um argumento sobre a dualidade nos mercados de trabalho, a partir do caso francês, considerando a origem e a natureza desta dualidade na economia industrial. Primeiramente, o autor estabelece uma divisão do mercado de trabalho em dois setores: um setor primário, em que os salários satisfazem, existe uma maior estabilidade e em que as oportunidades profissionais são mais atrativas – aqui insere-se a faixa da população laboral mais privilegiada e um setor secundário, onde os empregos são, geralmente, mal remunerados, geram insegurança e em que a sua composição é, maioritariamente, assegurada por “(...) mulheres, jovens, grupos minoritários, migrantes, camponeses a tempo parcial e outros grupos que tendemos a considerar como marginais ou desfavorecidos” (p.30) – esta é a base estrutural de um mercado de trabalho segmentado. Para o autor, o dualismo no mercado baseia-se na incerteza e variação, que é produzida nas economias industriais modernas. Se analisarmos o processo histórico destas economias, percebemos que a força de trabalho tem sido instrumentalizada para solucionar os constrangimentos, que são causados por estes dois fatores, no processo de produção.

As sociedades, com a intensificação do desenvolvimento das suas economias, passaram a depender do recrutamento de mão-de-obra estrangeira, de forma a conseguirem preencher as vagas dos trabalhos que os nativos não querem aceitar. A rejeição desses empregos advém da perceção de que empregos do setor secundário do mercado laboral, na definição de Piore, estão ligados a uma posição baixa e de pouco prestígio, na hierarquia social. Oliveira e Gomes (2019) referem a existência de vários estudos,

nomeadamente sobre a situação portuguesa, que confirmam a importância do contributo dos imigrantes na “eficiência dos mercados de trabalho”, uma vez que estes asseguram a sobrevivência e sustentabilidade de alguns setores e atividades económicas. Isto, porque, tal como é defendido por Piore (1978), existem empregos que os nativos ou a população local não se predispõem a aceitar, pelos motivos acima mencionados, formando-se assim uma “segmentação do mercado de trabalho português”, em que a nacionalidade é o fator diferenciador. Ao longo das últimas décadas, os trabalhadores estrangeiros têm dominado os quadros representativos das profissões menos qualificadas, sujeitos assim a um maior nível de precariedade e instabilidade laboral.

Neste contexto, as duas questões colocadas pelo autor visam encontrar os motivos que levam os trabalhadores estrangeiros, provenientes, maioritariamente, de países de baixo rendimento, a estarem dispostos a aceitar estes empregos e compreender a resistência dos nativos em ocuparem postos de trabalho pouco atrativos, procurando perceber se a solução passa pelo estabelecimento de mecanismos de mercados comuns, como por exemplo, o aumento de salários neste tipo de emprego. Em relação à primeira questão, Oliveira e Gomes (2019) esclarecem que os imigrantes acabam por aceitar este tipo de trabalho porque, comparativamente aos seus países de origem, os salários são mais altos e, geralmente, os imigrantes que aceitam estes empregos ficam a trabalhar em regime temporário e têm o objetivo de regressar ao seu país. No que se refere à segunda questão, consideram que a situação não pode ser resolvida através do aumento de salários, porque isso pressuporia um aumento em todos os níveis na escala de trabalho, de forma a que a hierarquia a nível dos salários fosse preservada, e iria originar uma inflação estrutural. Com isto, compreendemos que a teoria do mercado de trabalho dual não tem como mote fornecer justificações relativamente às causas da migração, mas sim enfatizar um fator que faz com que os fluxos migratórios se intensifiquem e perpetuem: a procura por mão-de-obra estrangeira - uma causa de cariz estrutural. Para além disto, também fornece um auxílio na desmistificação do paradoxo desta procura acontecer em países em que as taxas de desemprego são significativas, refutando o mito de que os trabalhadores migrantes estão a competir com os nativos e, que estes prejudicam o nível e as perspetivas de emprego nos países de acolhimento (Arango, 2003).

2.2 Teorias dos sistemas migratórios e das redes sociais

Outro modelo histórico-estrutural, que é útil para compreender as dinâmicas migratórias em Odemira, é o modelo dos “sistemas migratórios”, que se inserem no plano

de estudo espacial das migrações e abordam os fluxos migratórios como um produto dos contextos históricos específicos, que incorporam uma dinâmica própria com traços de um sistema. Esta abordagem torna possível identificar um leque de regiões e países que contribuem para a consolidação e perpetuação de fluxos migratórios considerados fulcrais, através de ligações de índole política, económica ou mesmo cultural, formando assim um “sistema de trocas” entre países ou regiões, em que a migração é parte fundamental. No espectro das migrações de cariz internacional, temos as “redes macro-regionais”, que são as mais frequentes, que estabelecem a ligação entre uma “região central” e um conjunto de países “emissores” de migrantes – a relação que estes estabelecem exerce influência na decisão individual de emigrar e pode contribuir também para a continuidade dos fluxos (Peixoto, 2004). Este modelo surge como uma abordagem multifacetada, ou seja, adota uma lente com foco micro, mas também analisa dimensões macro das migrações, sendo instrumentalizada como ferramenta de análise para outros enquadramentos teóricos. Desta forma, não se pode proceder à compreensão de cada sistema migratório tendo em consideração apenas os fatores de “atração e repulsão”, ou as “características estruturais dos mercados de trabalho”, tanto na área de origem como na de destino, ou as consequências que resultam da “economia capitalista” em cada país, mas sim considerar vários fatores (Nolasco, 2016).

Marques e Góis (2012) concordam que a lógica dos “sistemas migratórios” tem uma capacidade de análise abrangente da mobilidade populacional, abrindo espaço para a inclusão de contributos de outras teorias. Assim, os autores adotam esta teoria para analisar as dinâmicas migratórias em Portugal, explicando que o país tem sido um participante estrutural em diferentes sistemas migratórios – lusófono, europeu e sul americano, ocupando diferentes posições em cada um deles. Até ao século XX, o país tinha, maioritariamente, imigrantes que vinham de países constituintes do sistema migratório lusófono, devido ao passado colonial em comum, à ligação histórica e cultural e também pelos interesses económicos mútuos. Nesse sistema, o país tem assumido uma posição importante na conversão de “país central recetor” para “país periférico emissor” porém, esta posição central não é imutável, ou seja, pode sofrer alterações ao longo do tempo, porque está dependente de vários fatores estruturais, como a economia ou a política. Os fluxos de entradas e de saídas de migrantes, nos países que constituem o sistema, são resultado das próprias percepções criadas pelos migrantes, produzindo-se assim um padrão de mobilidade estrutural entre os sistemas.

No entanto, a partir do ano de 2000, Portugal começa a receber imigrantes provenientes de diferentes origens geográficas, nomeadamente da Europa de Leste e do Brasil – fluxos intensos, mas de pouca permanência, que só se tornaram relevantes após as autorizações de permanência a trabalhadores imigrantes em situação de ilegalidade no país - medida consolidada na regulamentação da “Lei de Estrangeiros”, no novo “Decreto Regulamentar do Regime Jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, que foi publicada em Diário da República (SEF, 2017). Assim, ao longo do tempo, Portugal foi integrando em simultâneo vários sistemas migratórios, como o sistema migratório asiático, em que o país se tornou recetor de imigrantes oriundos do continente asiático – por exemplo, a população estrangeira com estatuto legal de residente² de origem indiana passou de um total de 5.457 em 2008 para 24.548 em 2020, tornando-se uma comunidade bastante expressiva no país, tal como a população nepalesa, que compunha um total de 560 pessoas em 2008 e aumentou para 21.013 em 2020 (PORDATA, 2020).

Para além disto, Portugal também tem um papel preponderante no sistema migratório europeu (e intraeuropeu), servindo como país intermediário e de acolhimento, entrando na disputa com outros países pelos “fluxos migratórios intraeuropeus”. Esta característica de mutabilidade e variabilidade da participação em diferentes sistemas migratórios evidencia o carácter aberto à mudança, tal como o facto de funcionarem como reflexo das mudanças políticas, sociais e económicas, que acontecem nos países. Com isto, as “redes migratórias” surgem como elemento essencial, criando a ligação dos migrantes com as condições estruturais e, também, entre os países do sistema, incorporando assim um papel central na dinamização e moldagem destes sistemas.

As redes de migrantes são constituídas por laços inter-relacionais, em que migrantes e ex-migrantes estão ligados entre si por pertencerem ao mesmo núcleo familiar, ou por terem estabelecido uma amizade ou até por serem originários do mesmo país ou região (Arango, 2003). Estas redes permitem a troca de informação relativamente a todo o processo de mobilidade e às condições de cada destino, existindo assim uma diminuição dos custos e dos riscos. Através deste fornecimento de informação e de contatos, sucede-se um direcionamento dos imigrantes para territórios específicos, onde

² “Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular” (PORDATA, 2020).

estes encontrarão, através do auxílio das respetivas redes, uma maior facilidade em conseguir emprego, habitação e assistência financeira (King, 2012). As redes também se estabelecem entre os migrantes e ex-migrantes, criando-se uma ponte entre a origem e o destino, fomentando assim a migração laboral internacional e dando origem a processos circulares migratórios. As redes de migrantes acabam por ter um efeito multiplicador, resultando em uma *chain migration*, ou seja, a migração passa a ser realizada em cadeia. Adicionalmente, conforme surge um aumento e o fortalecimento da extensão destas redes, os potenciais migrantes acabam por extrair delas um maior benefício e das suas comunidades étnicas que já se encontram estabelecidas em cada país de destino (Haug, 2008).

Os fluxos migratórios que resultam, muitas vezes, destas redes sociais têm tido na última década, uma tendência de crescimento no concelho de Odemira. O número de imigrantes documentados aumentou mais do dobro entre o ano de 2008 a 2016, subindo de 2086 para 4223, intensificando-se também a presença de nacionais de países terceiros, que passaram de 41,1% em 2008 para 48,4% em 2016, em relação ao total de cidadãos estrangeiros (Pereira *et al.* 2016). Consequentemente, o paradigma migratório em Odemira complexificou-se, devido à diversificação das comunidades de imigrantes, tanto ao nível da nacionalidade, como da etnia, religião, status profissional e diferenciação de idade e género.

Capítulo III – A integração de migrantes nas sociedades de acolhimento

3.1 Conceptualização e debate teórico

O estudo da integração de imigrantes tem desencadeado estudos científicos, que tiveram o seu mote na “Escola de Sociologia Urbana de Chicago”, no início do século XX, tendo sido escrutinado sob diferentes abordagens e perspetivas. Para estudarmos a questão da integração e o respetivo conceito, podemos optar por nos centrar nos imigrantes, nas suas ideias e comportamentos, ou, contrariamente, podemos considerar a sociedade recetora e as reações dos nativos à chegada dos imigrantes; ou ainda optar por traçar as dimensões subjacentes ao processo de integração, também podemos privilegiar as dimensões jurídicas e políticas ou focarmos a nossa atenção na dimensão socioeconómica ou na vertente cultural-religiosa. Para além da variabilidade no objeto de estudo, o nível de análise também sofre uma variação, porque se, inicialmente, considerava-se o migrante, grupos e a sociedade de acolhimento, depois, acrescentou-se à ótica de análise, o nível institucional – incluindo-se no estudo as instituições da sociedade recetora e as instituições criadas pelos próprios imigrantes. Relativamente ao conceito de integração, este não é consensual e abre caminho à reflexão sobre outros conceitos, tais como assimilação, aculturação e adaptação (Garcés e Penninx, 2016). Desta forma, para sabermos o que significa a integração e que forma esta ganha no espectro das políticas migratórias, é fundamental refletirmos sobre o debate teórico que se tem desenvolvido em torno deste processo.

Na linha do pensamento sociológico, Wieviorka (2014) afirma que a integração está relacionada com a sociedade ou o sistema social, afastando-se do estudo da subjetividade centrado nos indivíduos e nas suas aptidões para agir ao nível pessoal ou coletivo. O autor explica que “integração” e “socialização” eram considerados dois conceitos de referência para falar sobre os indivíduos, que se consideravam não estar integrados ou sequer demonstravam capacidade para o fazer de forma integral numa sociedade ou também, que acabavam por seguir condutas de marginalização, tendo assim os seus direitos civis suspensos. Este cenário alterou-se, as preocupações atualmente são diferentes e a “integração” e “socialização” focam-se essencialmente nos migrantes. A sociologia da integração minimiza a sua pesquisa ao objetivo de procurar descodificar se a sociedade recetora se revela alterada ou perturbada pela chegada dos migrantes e se estes vão de facto inserir-se na respetiva sociedade. No entanto, o autor argumenta que este tipo de abordagem não é adequada, justificando que os migrantes são um universo

demasiado subjetivo para serem reduzidos a apenas um “paradigma”, em que o seu caráter valorativo só é suscitado aquando de problemas, tensões ou crises, causadas pela sua presença numa sociedade.

Spreafico (2009), no artigo “O que quer dizer integração nas sociedades de imigração?” cita o sociólogo Abdelmalek Sayad para sustentar a sua ideia em relação ao conceito de integração, mencionando que a integração é um processo que se perpetua de forma infundável no tempo e que está intimamente ligado com a questão identitária, ou seja, a identidade individual do imigrante que se pressupõe que está em processo de integrar-se e a suposta identidade coletiva, que caracteriza o coletivo, em que o imigrante vai acabar por se integrar. Esta identidade coletiva assenta na ideia de “povo, nação, soberania e cidadania”, que leva à necessidade de ter que ser repensada pelo Estado aquando da entrada e estabilização de imigrantes no seu território. Portanto, por um lado temos o Estado e o paradoxo entre a narrativa de identidade nacional versus a necessidade de integrar aqueles que não são parte dela, por outro lado, o imigrante, que entra num processo instantâneo de “socialização”.

Já Lindo (2005) argumenta que a integração, mais do que um processo, deve ser debatida como um conceito sociológico geral, tendo em consideração o meio social, os indivíduos e grupos e as interdependências que se criam entre estes, adotando uma abordagem ligada à integração sistémica, que assenta na ideia de que existe uma problemática entre identidades étnicas do coletivo dos imigrantes e a identidade nacional, dos países de acolhimento. A “integração sistémica” foi teorizada lado a lado com a “integração social”, tendo sido o sociólogo britânico Lockwood (1996) a estabelecer a distinção entre ambas, em que a primeira se refere às relações ordenadas ou conflituosas entre os atores e a segunda centra-se na compatibilidade ou incompatibilidade das relações entre as partes constituintes do sistema social. Esta teorização do conceito de integração e das duas tipologias surge num contexto de crítica às teorias do conflito e às abordagens funcionalistas normativas de 1950. O sociólogo Lockwood (1997) não alinhava com estas teorias relativamente às questões sociais, mais propriamente, à questão da integração, sendo que, os autores das teorias de conflito, como Marx, Weber, Simmel, tal como o nome indica, tinham como foco de análise o conflito entre grupos de atores, defendendo que este era a base geradora da mudança social, enquanto os funcionalistas normativos privilegiavam o papel dos atores e atribuíam importância analítica às relações entre as instituições constituintes da sociedade. Assim, nenhuma destas opções teóricas era

adequada, porque apenas analisavam uma parte do dualismo sociológico: agência *versus* estrutura, enquanto na sua opinião se deveria ter em consideração ambas (Archer, 1996).

Nesta lógica de análise da integração, Pires (2018) assumindo que a integração é um processo, propõe um modelo alternativo para analisá-la, retomando e reelaborando a distinção acima mencionada. Para o autor a migração é uma forma de mobilidade entre sistemas sociais, ou seja, é o ato de um indivíduo se deslocar entre sistemas, que assentam em “processos de desintegração” no país ou região de partida e em “processos de reintegração” no país ou região de chegada. As migrações pressupõem contextos de reinvenção por parte dos migrantes, no que diz respeito à participação no quadro de interação com os nativos, estabelecido nas sociedades de receção ou então criando quadros próprios. O processo de integração é assim composto por processos-micro, que ganham forma através de elementos, como a criação de rotinas, aprendizagens sociais que resultem na produção de conhecimento comum e no estabelecimento de espaços de negociação e identificação coletiva. A rotina e a aprendizagem consolidam-se de forma mais facilitada, aquando da existência de um ambiente familiar, mais especificamente, através da incorporação do migrante em “redes de interação intra-migrantes”. Porém, esta fase do processo não pressupõe a incompatibilidade de inserção do migrante nos quadros de interação com os nativos, isto porque, nas sociedades modernizadas, os quadros de interação das comunidades migrantes têm a sua autonomia condicionada por fatores sistémicos intrínsecos à própria sociedade, como a organização ao nível económico, social e institucional, que se materializam na aplicação de planos e normas. A inserção nos quadros de interação intra-migrantes também está dependente de outros fatores, que fazem parte dos processos de integração, como: o reconhecimento da respetiva identidade/*self* do migrante e da questão da “pertença coletiva”, onde se cruzam as dinâmicas identitárias entre imigrantes e nativos. A especificação da esfera e da provisoriedade dos quadros de interação intra-migrantes assenta na perspetiva de uma inclusão dos dois lados na esfera identitária, que constitui a singularidade simbólica da sociedade de imigração (Pires, 2018). Contrariamente, a generalização como ferramenta para a edificação de novas esferas identitárias que concorrem advém da ausência de possibilidade da inclusão na respetiva esfera simbólica da “pertença coletiva” – apesar das diferenças que os caracterizam, ambos são processos de integração social, em que o autor define o primeiro como sendo um processo de “assimilação” e o segundo como “etnicização”.

Desta forma, podemos considerar a integração como um processo de estabilização do imigrante na sociedade recetora, em que este passa por uma mudança social, de forma a encontrar o seu lugar nesta nova realidade, encontrando um emprego, uma habitação, acesso à saúde e à educação. Juntamente a estes fatores, existe também o sentido de cooperação e interação com a comunidade local, em que ambos agem para a obtenção da aceitação das especificidades culturais de cada um. Todo este processo deverá estar alinhado com a aplicação de políticas de integração internacionais, europeias e/ou locais, que devem ser estruturadas tendo em consideração as três dimensões da integração: (i) a dimensão jurídico-política, que está relacionada com a questão da residência, dos direitos e do *status* político do imigrante, (ii) a dimensão socioeconómica, que nos remete para a posição social e económica dos imigrantes residentes, sem ter em conta a nacionalidade, identificando o acesso que existe a instituições e serviços da sociedade recetora e (iii) a dimensão cultural-religiosa, que está ligada à criação de perceções e práticas, tanto dos imigrantes, como da sociedade recetora, em que a diferença cultural e religiosa pode ser respeitada ou discriminada – estas dimensões são essenciais para avaliarmos o quão integrado se encontra um indivíduo que seja migrante numa sociedade (Garcés e Penninx, 2016).

A integração como processo pode surgir de várias formas, uma das mais verificáveis é por assimilação, abordagem que foi desenvolvida no início do século XX, na Escola de Chicago, nos EUA, num contexto de crescimento populacional, expansão urbanística e intensificação de fluxos migratórios constituídos, nomeadamente, europeus que migraram para Chicago. Segundo Park e Burgess (1921), citados por Feldmeyer (2018), existiram vários grupos de imigrantes que conseguiram rapidamente adaptar-se à cultura, ao ambiente e às normas da respetiva sociedade, ou seja, iniciaram um processo de “assimilação”, que para os autores se materializa na “(...) interpenetração e fusão em que pessoas e grupos adquirem as memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas e grupos e, compartilhando as suas experiências e histórias, são incorporados numa vida cultural comum” (p. 36) Os autores argumentam que os diferentes grupos étnicos, ao estarem em contacto e ao misturarem-se uns com os outros, acabariam por se tornar semelhantes, e esta semelhança iria, gradualmente, de geração em geração, culminar no desaparecimento das características que os associavam ao país ou região de origem. Para além disto, o modelo clássico de assimilação assenta também na ideia de “straight line assimilation”, ou seja, cada grupo étnico entra num processo cíclico unilateral, em que a

última etapa é, inevitavelmente, a integração. O contrário deste processo, seria manter a identidade étnica, o que levaria à impossibilidade de obter sucesso na sociedade, isto porque a assimilação é abordada como sendo um catalisador de progresso e ascensão financeira, algo que facilita e melhora a vida dos imigrantes. Caso estes não aceitem incorporá-la, provavelmente serão marginalizados e alvo de preconceito (Feldmeyer,2018).

Porém, se o modelo assimilacionista domina as políticas de integração dos migrantes nos Estados Unidos da América, na União Europeia este modelo não foi a escolha inicial. A União foi fundada tendo como base a ideia de “unidos na diversidade”, promovendo a diversidade entre os seus Estados-Membros, transparecendo uma posição de abertura em relação às minorias e à pluralidade cultural. Na formulação da política comum migratória, a Comissão Europeia assumiu a adoção de uma “abordagem holística”, que visaria a garantia de direitos iguais para os imigrantes, sem que estes tivessem que abdicar da sua identidade cultural. Porém, esta visão não foi aprovada por todos, sendo que os estados – membros da União Europeia tomaram posições distintas relativamente à forma como encaram os direitos e as especificidades culturais das minorias étnicas. Isto porque, apesar de compartilharem a mesma fronteira externa, de se constituírem como um “espaço europeu de liberdade, segurança e justiça” e promoverem uma “Política comum de imigração”, os Estados-membros ainda detêm poder nacional em matéria de integração de migrantes. Logo, as abordagens à diversidade cultural variam muito, porque estão intimamente ligadas com as diferentes experiências nacionais, no que concerne à construção do estado e da cidadania (Garcés e Penninx 2016). Assim, acaba por se originar um debate entre aqueles que preferem aplicar o modelo assimilacionista, que descarta a noção de multiculturalismo, privilegiando a noção de “aculturação” e que pressupõe a assimilação da cultura dominante na sociedade de acolhimento e os que, pelo contrário, acreditam e defendem uma visão multiculturalista para a consolidação de uma sociedade coesa, que assente na diversidade. No entanto, tanto um modelo como outro têm sido objeto de contestação devido à ineficácia na integração de imigrantes na sociedade europeia (Aggestam, L., & Hill, C.,2008).

Nas últimas décadas, especialmente nos países da Europa Ocidental, os fluxos migratórios têm despoletado um debate sobre o sentido de pertença na sociedade europeia – ou seja, tem-se colocado a questão sobre que indivíduos pertencem verdadeiramente à sociedade europeia e de que forma a sociedade nacional se opõe ao imigrante e à sua

necessidade de integração. Schinkel (2017) faz uma crítica à integração de imigrantes nas sociedades da Europa Ocidental, explicando que estas partem da ideia de que os imigrantes são uma ameaça e percebem estes indivíduos como não presentes na sociedade, apesar destes constituírem uma parte importante do processo social. Refere ainda que, nas últimas décadas, a integração de imigrantes tornou-se um veículo para fomentar a imaginação das sociedades nacionais da Europa ocidental e as medidas de integração passaram a desempenhar uma função importante na política dos países, construindo-se uma imagem da sociedade, que assenta em padrões de cultura, etnia e religião, que se diferenciam dos padrões de outras sociedades, de onde os imigrantes são provenientes. Acrescenta ainda que o multiculturalismo na Europa tem sido apenas uma manobra política, disfarçada com uma retórica de que houve um multiculturalismo falhado e que os estados devem tomar uma posição realista sobre esse facto, ao invés de adotarem uma postura politicamente correta, fomentando assim uma construção dicotómica entre “sociedade nacional hegemónica” *versus* “estrangeiros culturais não-pertencentes”.

Com o cenário de uma Europa em que o multiculturalismo como base de estruturação das políticas de integração para imigrantes já não serve e o modelo assimilacionista é visto como controverso, a União Europeia decidiu adotar o “diálogo intercultural” como uma ferramenta política para gerir a diversidade das sociedades europeias. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa lançaram em 2008 o “Livro branco sobre diálogo intercultural”, explicando que a necessidade de adotar esta nova visão deve-se ao facto de “(...) abordagens tradicionais à gestão da diversidade cultural já não se adequarem às sociedades que apresentam um nível de diversidade sem precedentes e em constante desenvolvimento. As respostas aos questionários enviados aos Estados membros revelam, em particular, que a abordagem privilegiada até há pouco tempo no que respeita à ação pública neste domínio – resumida na palavra “multiculturalismo” – é inadequada. Por outro lado, parece excluída a hipótese de um regresso à época em que o paradigma prevalecente era a assimilação. Precisamos de uma nova estratégia para criar sociedades inclusivas: o diálogo intercultural” (Europa, 2008, p.12).

O atual posicionamento da União Europeia em relação à integração dos imigrantes prende-se com o objetivo de promover o diálogo intercultural entre diferentes culturas, religiões e etnias. Assim, a diversidade cultural e a sua expressão são incentivadas e o

interculturalismo passa a ser a ferramenta escolhida para converter esta ideia em práticas políticas. No entanto, existem limitações à sua operacionalização – sendo que são determinados pelos princípios e valores dos direitos democráticos e humanos consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais e pela abordagem de apoio à integração que muitos países da UE optaram por escolher tendo em conta o interculturalismo. Isto significa que o país de acolhimento implementa medidas de apoio à integração tendo em conta as suas próprias capacidades, mas esta responsabilidade é partilhada com os próprios imigrantes, que devem empenhar-se a aprender a língua do país, participar nas atividades que são propostas nos cursos de integração e adquirir conhecimento sobre as normas e leis da respetiva sociedade (Angeliki e Arvanitis, 2019).

3.2 Quadro europeu e nacional sobre a integração dos migrantes

Portugal é um Estado-membro da União Europeia, por isso está alinhado com as suas políticas económicas e sociais. O âmbito das migrações não é exceção, levando o país a harmonizar as suas políticas migratórias com as estabelecidas no seio da União, tal como no que se refere à integração de migrantes.

3.2.1 União Europeia

Segundo Garcés e Penninx (2016), a europeização da política de imigração e integração foi realizada em ritmos diferentes, tendo sido no âmbito do “Programa de Tampere”(1999)³ mais especificamente, nos primeiros cinco anos, que esta terá começado a ser abordada como um assunto dominante na agenda europeia, discutindo-se a criação de um espaço de liberdade, segurança e justiça da União, estabelecendo parcerias com os países de origem e de trânsito, consolidando-se a estruturação da “Política de Asilo e Imigração” e o controlo de fluxos. Em 2000 e 2001, a Comissão Europeia delineou uma visão mais ampla sobre as políticas de integração, abordando a integração como um processo em que os direitos e as obrigações são complementares, e as políticas passaram a ser formuladas, tendo como base uma abordagem holística – que defende uma visão integral e geral dos fenómenos, incluindo todas as dimensões da integração, como as questões económicas, sociais, políticas e culturais (Comissão Europeia, 2020). Dois anos após, em 2005, comunicou-se a criação da “Agenda comum para a integração”, inserida no quadro europeu para a integração de nacionais de países terceiros e a Comissão afirmou que as organizações de migrantes, de direitos humanos e parcerias sociais, deveriam ser atores ativos no processo de integração, de forma a que

³ O programa de Tampere foi concebido durante a primeira cimeira europeia reservada a questões de justiça e assuntos internos. Tinha como mote a criação de uma “política comum em matéria de imigração, um sistema único de direito de asilo, uma zona judiciária europeia e o desenvolvimento da área da justiça europeia” (Parlamento Europeu, 2006).

as políticas definidas alcançassem o sucesso. Se, inicialmente, a Comissão Europeia abordava a integração como um processo bidirecional, ou seja, como sendo algo que se atingiria através da complementaridade da ação dos migrantes e da sociedade recetora, essa abordagem acabou por ser alterada e, atualmente, na sequência da (re)formulação de políticas migratórias, passou a inserir-se o papel dos países de origem na equação da integração, portanto, o processo de duas vias, passou a ser abordado por três vias – os migrantes, a sociedade recetora e o país ou região de origem.

Recentemente, a Comissão Europeia estruturou o “Plano de Ação para a integração e inclusão”, que vigorará entre 2021 e 2027, sendo mais amplo que o anterior plano sobre integração, concebido em 2016, e que abrange os imigrantes de países terceiros e os cidadãos europeus de origem migrante. Este plano assenta na ideia de que a integração é benéfica não só para os imigrantes, mas também para toda a sociedade recetora, que deve ter um papel ativo neste processo, criando oportunidades para os imigrantes, tanto no espectro económico, como no político, cultural e social. Inclui todas as etapas do processo de integração, desde a pré-partida, à receção, à integração mais imediata, à integração a longo prazo e, também, o desenvolvimento das sociedades numa lógica de inclusão e coesão. Para além disto, o plano atual foi desenhado tendo em consideração as lições retiradas da operacionalização do plano de 2016, que, apesar de algumas concretizações, que, segundo a Comissão passaram pelo reforço da coordenação, financiamento e monitorização da integração e contributo para a dinamização e revisão das estratégias nacionais, fornecendo conhecimento sobre o uso do financiamento na consolidação do processo, continua a existir desafios e obstáculos à integração destas comunidades. Por exemplo, nas áreas rurais, os indicadores de integração, comparativamente à situação dos nativos e migrantes que vivem em áreas urbanas, revelam-se baixos, muito devido à ausência de serviços básicos e de apoio. Assim, o plano enumera vários princípios-chave, que se materializam em várias medidas concretas de atuação (Comissão Europeia, 2020):

- i) “a inclusão para todos, através da fácil acessibilidade às políticas, tendo em conta a diversidade e especificidades dos diferentes grupos de imigrantes”;

- ii) “a identificação das dificuldades concretas, de forma a canalizar ajuda para onde é realmente necessária, nomeadamente, em relação à aquisição de conhecimento da língua do país ou região de acolhimento”;
- iii) “estruturação de mecanismos, que auxiliem os imigrantes na chegada, como, por exemplo, no estabelecimento de cursos direcionados para imigrantes qualificados, de forma a maximizarem as suas capacidades profissionais;
- iv) ter em consideração a integração por género e o combate à discriminação da mulher migrante”;
- v) “canalização de financiamento para os Estados-Membros investirem nas políticas de integração, através do “Fundo de Asilo e Migração”, “Fundo da Política e Coesão”, “Fundo Europeu e Desenvolvimento Regional” e “Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Erasmus +”;
- vi) “fortalecimento do poder de ajuda da União Europeia, através de parcerias com as partes interessadas e envolvidas no processo de integração, mais especificamente, com organizações da sociedade civil, instituições ligadas à educação, empregadores, organizações económicas e sociais, igrejas, organizações da diáspora e setor privado”;
- vii) “Consolidar a ação sectorialmente, ou seja, agir através de medidas específicas na área da educação e formação, no emprego, na saúde e na habitação” (p.2-30)

A ação no setor da educação e formação reger-se-á pela ideia de que as oportunidades educativas devem ser inclusivas e igualitárias. Para que esta lógica se concretize, a Comissão coloca o respetivo plano alinhado com o “Plano de educação digital”, que visa tornar os sistemas educativos mais inclusivos; aposta na seleção de professores com capacidades para ensinar de forma multicultural e multilingue, de forma a apoiarem as crianças de origem migrante; facilitar a capacidade de reconhecimento das qualificações adquiridas em países terceiros, providenciando cursos complementares; promover o ensino da língua, das leis, da cultura e dos valores do país de acolhimento.

No setor do emprego, os migrantes são vistos como uma parte essencial da força laboral da UE, portanto o plano menciona a importância de canalizar apoios para a valorização destas comunidades. A “Agenda de Competências para a Europa” (Comissão Europeia, 2020) é um dos alicerces deste plano, visando o desenvolvimento e reconhecimento das competências dos migrantes. O acesso a informações financeiras

também é um elemento fulcral no processo de integração, porque facilita a participação plena na economia do país.

Na área da saúde, a Comissão perspetiva uma melhor efetividade na transmissão da informação relativa aos direitos e ao acesso igualitário aos serviços de saúde.

Por fim, a questão habitacional, que apesar de ser gerida a nível nacional, a Comissão pode fornecer apoio aos Estados e às autoridades locais e regionais, no sentido da mitigação dos obstáculos à habitação inclusiva. Na ótica da Comissão Europeia, a utilização dos fundos acima mencionados permitirá promover a construção de habitação não segregada e acessível, junto dos Estados Membros.

Para além disto, o plano menciona a importância de pôr em prática todos os níveis de governação: europeu, nacional, macro-regional, fronteiriço, regional, local e estabelecer um diálogo político, através do “Comité de Regiões”, promovendo a troca de conhecimento sobre a integração, para os órgãos que constituem o poder local e regional. O nível local é sublinhado neste plano, devido à preponderância que tem na receção e acompanhamento dos imigrantes, quando estes chegam ao país ou região. A operacionalização destas medidas e objetivos serão sujeitas a um processo de monitorização, de forma a identificar progresso ou necessidade de reajustamento. A primeira revisão será realizada no final do ano de 2024, porém, a Comissão irá proceder à apresentação, com regularidade, de relatórios sobre a aplicação deste plano, ao Parlamento e Conselho, e criará uma plataforma *online* no site europeu sobre a integração, de forma a existir transparência ao longo da implementação desta iniciativa e também para obter contribuições por parte dos parceiros.

3.2.2 Portugal

Em Portugal, o fenómeno migratório tem vindo a demonstrar diferentes configurações ao longo do tempo, verificando-se, por exemplo, desde o início do século XXI, uma modificação nos perfis migratórios, nomeadamente, em relação à origem dos migrantes, aumentando assim a diversidade na sociedade portuguesa, complexificando a gestão das migrações e suscitando uma maior necessidade de atenção na formulação de políticas para a integração destas comunidades. Alinhado com os valores e o quadro de gestão das migrações europeu, Portugal tem seguido um *modus operandi* que assenta na abordagem holística das migrações, – intervindo, tendo em conta os domínios demográfico, social, económico e laboral, considerando a migração como uma mais valia

para o desenvolvimento económico e a solução para tornar o saldo natural positivo⁴, adotando uma estratégia transversal. O “Plano Estratégico para as Migrações”, realizado pelo ACM (2015) juntamente com outras entidades do governo português, refletiu esta nova abordagem, sublinhando a importância de se delinear políticas de integração que respondessem à polarização migratória vivida em Portugal, tendo em consideração os imigrantes altamente qualificados e pouco qualificados, os imigrantes que pretendem ficar a residir e os que permanecem por pequenos períodos. Simultaneamente, Portugal tem procurado ir ao encontro da “Abordagem global para a migração e mobilidade” (AGMM)⁵ definida pela Comissão Europeia, em que a União Europeia determina as normas de circulação de migrantes com os países e regiões de origem e de trânsito.

A lógica da governação realizada a vários níveis tem vindo a ser utilizada por vários teóricos, para explicar o “*local turn*”, ou seja, a ideia de que a governação da integração dos migrantes está a tornar-se cada vez mais local. Segundo Zapata-Barrero, Caponio, e Scholten (2017), a governação multinível é uma perspetiva de análise útil para estudar, amplamente, as relações estabelecidas entre o nível local, nacional e os governos da União Europeia. Relativamente, à formulação e gestão das políticas migratórias e da integração, os três níveis estão presentes e complementam-se. Todavia, nos últimos tempos, as cidades e regiões europeias têm vindo a revelar-se agentes ativos da integração, criando agendas próprias e políticas específicas para dar respostas aos desafios locais subjacentes a este processo, exercendo uma atenção especial sobre a questão do interculturalismo e criando uma nova perspetiva de como os governos locais podem abordar a diversidade, em alternativa ao modelo do multiculturalismo ou do assimilacionismo. Esta visão tem encontrado apoio das organizações internacionais, do Conselho da Europa (fundador da rede de cidades interculturais), aumentando assim a importância das relações horizontais estabelecidas entre cidades e governos locais. Porém, a dimensão vertical diz-nos que, apesar da complementaridade existente entre níveis, gerou-se um paradigma – sendo que, passam a existir formas diferenciadas de abordar e solucionar desafios semelhantes, o que poderá culminar numa fricção com os modelos de Estado, que estão formalizados para gerir as migrações.

⁴ O saldo natural corresponde à diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo (PORDATA, 2021).

⁵ A Abordagem global para a migração e a mobilidade foi inserida, em 2005, no enquadramento da política externa da União Europeia referente à migração e asilo, que tem como objetivo definir como é que esta “(...) mantém os diálogos políticos e cooperação operacional com países terceiros na área da migração e mobilidade” (Negrão, 2015).

Em concordância, Scholten e Penninx (2016) afirmam que o facto da migração e a integração serem geridas a vários níveis pode desencadear consequências, que podem tornar-se oportunidades ou desafios.

A formulação das políticas tornou-se uma luta constante entre os governos nacionais e a União Europeia, nomeadamente, no que diz respeito ao espaço de manobra dos Estados no contorno das diretivas europeias. Nos últimos anos, o processo de integração de migrantes tem vindo a ser europeizado, porém, esta europeização acaba por perder visibilidade, devido ao “*local turn*” das políticas de integração (Jørgensen, 2012). Socialmente, este foco no nível local não é desprovido de sentido, aliás, as políticas de integração devem ser enquadradas e implementadas no nível local, porque é onde os migrantes interagem, trabalham, têm filhos e vivem o seu quotidiano. Por outro lado, é também onde as questões negativas e positivas da diversidade ficam mais evidenciadas, logo uma abordagem local será mais realista do que a nacional, tendo em conta as especificidades étnico-culturais da comunidade local e a proximidade com as organizações de migrantes no terreno.

Esta mudança representa algumas implicações para a governação multinível, que poderá materializar-se na dissociação das políticas a nível nacional e local, devido à tendência de politização da integração nacional, em contraste com a tendência para o pragmatismo na resposta aos desafios da integração ao nível local, isto caso não exista uma coordenação bem estruturada entre ambos os níveis.

Porém, a integração ao nível local nem sempre é um processo pacífico e linear, porque depende de vários fatores, nomeadamente, da perceção dos residentes e das próprias políticas, em relação aos migrantes. Alexander (2003) utiliza o conceito de “*host stranger*” como base para compreender as reações das políticas locais à presença de imigrantes, que, maioritariamente, se encontram nestes territórios para desempenhar funções laborais. O “*stranger*” é a conotação atribuída ao imigrante, que ao ser encarado desta forma, leva as autoridades e instituições locais a criarem normas próprias, que, muitas vezes, são paralelas à agenda nacional para a migração, de forma a lidarem com a presença dos imigrantes. O autor aponta o facto de estas comunidades serem constituídas, na sua maioria, por imigrantes provenientes de países terceiros, que se caracterizaram pela alteridade étnica e, muitas vezes, religiosa, modificando por completo a homogeneidade, que se fazia sentir nas cidades europeias há apenas dez anos. O efeito da presença e fixação destes migrantes na comunidade local pode variar entre a empatia

e a aceitação, como entre o medo e o sentimento de “invasão”, que gera pânico morais, criando-se um contexto propício a tensões, polarização e violência. O governo local e a sua forma de atuar relativamente à operacionalização de políticas de integração migratórias surge, na lógica de Alexander (2013), como um reflexo das opiniões da própria sociedade local, ou seja, do seu eleitorado. Assim, o governo local poderá encarar a presença desses migrantes como algo passageiro, como uma ameaça à estabilidade ou um contributo positivo para a localidade.

Em 2014, o Alto Comissariado para as Migrações estimulou a criação de “Planos Municipais para a Integração de Migrantes” (PMII), processo que deu origem a 19 planos através o financiamento do “Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros” (FEINPT), tendo a participação de 21 municípios⁶ portugueses.

A necessidade da criação destes planos reflete esta nova realidade desafiante ao nível da integração dos migrantes, sendo definidos como documentos com estratégias delineadas para a operacionalização de uma ação conjunta entre diferentes entidades locais, ligadas à área das migrações (ACM, 2015). Estes assentam na ideia de que a integração é um processo bidirecional e que o fator diversidade promove o desenvolvimento local. Em relação à execução, devem ser estruturados para serem colocados em prática durante um período de três anos, em que a abordagem base é “bottom-up”, ou seja, incluem a conexão e complementaridade de várias entidades e da população local, criando ocasiões de debate e esclarecimentos, através de reuniões e fóruns. Porém, todos os municípios deverão proceder a uma análise local, de forma a reconhecer quais as entidades interventivas nesta matéria de integração e os serviços que podem fornecer, tal como identificar as necessidades dos imigrantes residentes. Posto isto, o plano refere a necessidade de se delinear as respostas e ações para o acolhimento dos imigrantes, o processo de integração, tendo sempre em consideração, a questão da diversidade e especificidades de cada indivíduo. Os planos são realizados a partir dos resultados obtidos no “Índice dos municípios amigos dos imigrantes e da diversidade (IMAD)”. Este funciona como um inquérito por questionário, que visa identificar a esfera existente de políticas locais, que se dedicam à área da imigração; e saber se estas políticas são efetivas no que concerne às respostas dadas às necessidades dos imigrantes e ainda a verificação de práticas que

⁶ Alcanena, Amadora, Braga, Cascais, Figueira da Foz, Lisboa, Loulé, Loures, Lousã, Montijo, Odemira, Oeiras, Portimão, São Brás de Alportel, Seixal, Sintra, Torres Vedras/Lourinhã/Óbidos (plano intermunicipal), Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia (ACM,2015).

inspirem, levando à sua replicação, noutras localidades ou futuros contextos. Para além desta ferramenta, existe a “Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da diversidade (RMAD)”, que reforça a ideia de que “é a nível local que se faz a integração”, procurando avaliar as políticas locais, tendo como base os planos municipais e contribuindo para uma melhoria na entreaajuda entre os diferentes níveis de governança, valorizando, principalmente, as políticas de integração ao nível local. Odemira surge neste contexto, como um dos municípios em que se verificou, ao longo do tempo, uma subida repentina e substancial da chegada de imigrantes no seu território. Em 2015, dos imigrantes residentes no distrito de Beja, 47% (3189) residiam no concelho de Odemira, sendo 1127 (35%) nacionais de Países Terceiros (NPT), nomeadamente oriundos de países asiáticos. A imigração asiática origina novos desafios ao nível do acolhimento e da integração destes imigrantes, devido à barreira da língua, ao acesso a condições de habitabilidade dignas e ao papel que desempenham como indivíduos numa nova comunidade local (ACM, 2015).

Capítulo IV – O fenómeno migratório em Odemira (2008-2019)

4.1 Contextualização

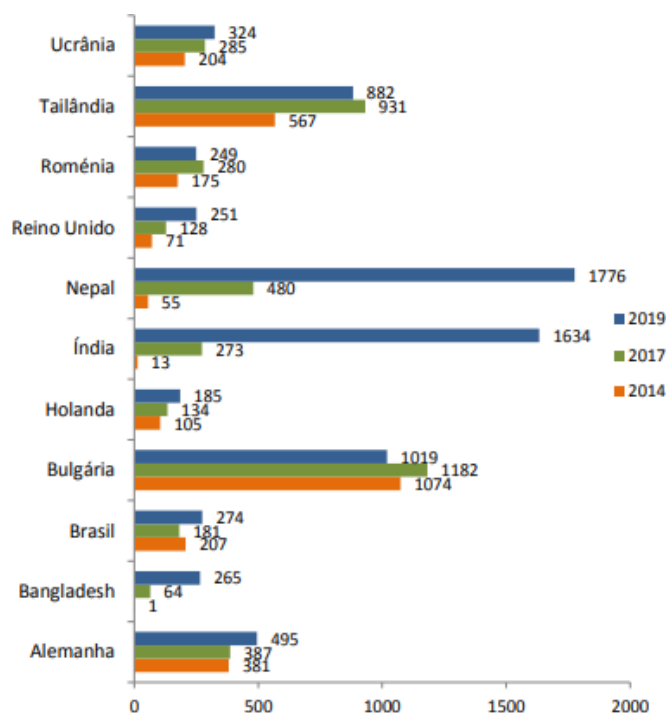
Já antes do século XXI, mais especificamente em 1980, Odemira tinha começado a ser uma opção no mapa para imigrantes provenientes da Europa do Norte, maioritariamente empresários que ali estabeleceram os seus negócios de cultivo intensivo de frutos, vegetais e flores, retirando benefícios do extenso território, da salubridade dos solos e do acesso facilitado ao abastecimento de água. Para além destes, também vieram imigrantes na idade da reforma, que viram em Odemira um sítio atrativo para viver, devido ao clima, às praias e a toda a natureza envolvente (Pereira et al. 2016) depois, começaram a vir estudantes oriundos dos PALOP, com o objetivo de frequentarem a Escola Profissional de Odemira; numa terceira fase, foram os imigrantes laborais, maioritariamente, nacionais de países como o Brasil e do Leste da Europa, principalmente, búlgaros e romenos, que escolheram o concelho para trabalhar. Atualmente, verificamos, cada vez mais, a chegada e permanência de imigrantes de nacionalidade asiática, provenientes da Índia, Bangladesh, Nepal e Tailândia (Esteves *et al.* 2017).

A construção da barragem de Santa Clara e o Perímetro de Rega do Mira foi o ponto de viragem para o município, que se tornou um chamariz de investimento estrangeiro. Assim, a partir de 1980, através da instalação no território de empresas, como a “Vitacress”, “Frupor” e “Sudoberry”, Odemira começou a ser um dos fornecedores de produtos agrícolas, hortícolas e frutícolas dos mercados europeus, competindo com empresas espanholas e marroquinas. Segundo Fonseca, Esteves e Moreno (2021), a internacionalização da produção agrícola em Odemira começou a intensificar-se com a presença da empresa americana “Driscoll’s”, que é líder mundial na produção de frutos vermelhos e acionista da “Lusomorango” – organização de produtores de pequenos frutos, que, segundo a análise da Agrotec (2019), em 2018, teve um volume de negócio, que se aproximava de um valor superior a 50.000.000€.

Esta nova configuração empresarial no município, em que empresas agrícolas estão ligadas a negócios de cadeias distributivas em grande escala, criaram em Odemira um “enclave agrícola global” (Taboadela, Maril e Lamela, 2018), que desencadeou a formação de novos fluxos migratórios, devido à procura massiva pela força de trabalho imigrante, de forma a sustentar a produção e o lucro destas cadeias empresariais.

Na última década, a nacionalidade dos imigrantes que chegaram a Odemira para viver e trabalhar foi-se alterando e tornou-se predominantemente asiática. Em 2019, dados do SEF indicam que se verificou um aumento substancial da presença de imigrantes de nacionalidade nepalesa, indiana e tailandesa (fig.1).

FIGURA 1- N° DE MIGRANTES POR NACIONALIDADE NO CONCELHO DE ODEMIRA NOS ANOS DE 2014, 2017 E 2019.



Plano Municipal para a Integração de Migrantes (2020/2022) e SEF (<https://sefstat.sef.pt/forms/Beja.aspx>).

4.2 Desafios: integração social e cultural

A Comissão Europeia (2019) considera que os fluxos migratórios em direção às áreas rurais são parte de uma tendência mais geral da diversificação da migração, que não decorre apenas do aumento da variedade de países de origem, mas também do facto dos fluxos surgirem cada vez mais direcionados para países e regiões que não experienciaram um nível alto de imigração no passado. Um desafio comum para os novos destinos de imigração, como é o caso de Odemira, materializa-se na rapidez da mudança ao nível da diversidade étnica, em vez de um grande número de migrantes. A presença de migrantes

em áreas que não estavam habituadas a lidar com a realidade migratória, faz surgir necessidades únicas em termos de integração. Geralmente, estes novos destinos têm carência de infraestruturas e serviços, o que prejudica e retarda a celeridade na integração dos migrantes.

Os dados do SEF confirmam que, pelo menos, 9615 migrantes legais vivem e exercem funções laborais em Odemira, maioritariamente no setor da agricultura, mais especificamente nas estufas. A grande maioria dos migrantes é proveniente do Nepal, Índia, Bulgária, Tailândia e Alemanha e, acabam por se manter nesta região durante um período de tempo com o objetivo de conseguirem juntar dinheiro para regressarem aos respetivos países de origem, adquirindo um melhor nível de vida ou então optam por se estabilizarem durante os primeiros anos e, mais tarde, trazem as suas famílias (Veiga, 2021). Assim, o processo de integração deverá ter em conta a existência dos dois tipos de migração presentes no município: por um lado, a migração temporária e circular e por outro, a migração permanente.

A Dra. Teresa Barradas, Presidente da organização TAIPA, afirmou que a existência destes dois tipos de migração, no concelho, são um dos fatores que dificultam o processo de dar uma resposta sustentável ao nível da integração. Especifica que os fluxos migratórios flutuantes, as várias correntes divergentes de fluxos e a questão da sazonalidade contribuem para que muitos imigrantes "acabam por não investir na própria integração", porque só pretendem trabalhar durante um tempo e depois acabam por regressar aos seus países de origem ou, quando obtêm o título de residência, viajam para outros países europeus em busca de trabalho. Porém, alguns ficam por um período maior ou querem permanecer no território, como por exemplo, os casais com filhos (entrevista 3).

Acrescenta que outro desafio que se coloca à integração é a língua, sendo que muitos imigrantes são acolhidos por outros da própria comunidade que fazem a mediação do processo de chegada, e alguns nem sabem falar o inglês. Como têm este auxílio quando chegam ao território, não sentem necessidade de aceder aos projetos da TAIPA, o que acaba por gerar uma situação de desconhecimento dos seus direitos, em que estes ficam mais suscetíveis à exploração ou ao aproveitamento por parte de outros imigrantes. A Vice-Presidente explica que, por mais projetos que a associação faça, vão sempre existir migrantes que será difícil a TAIPA chegar, devido ao facto de já existir um sistema

montado – através das redes migratórias, para que estas pessoas não sintam necessidade de serem acolhidas pelas associações/instituições locais.

Outra dificuldade que se verifica ao nível da integração dos imigrantes em Odemira é a falta de habitação digna para estas pessoas serem alojadas e infraestruturas suficientes para que possam aceder a bens necessários, como a saúde. O atual Presidente da Câmara Municipal de Odemira, José Alberto Guerreiro, numa entrevista ao jornal Público (2019) expôs os obstáculos com que o concelho se debate para responder ao aumento substancial de imigrantes no território, afirmando que a situação poderá tornar-se insustentável caso as empresas continuem a recrutar mais trabalhadores, sem que sejam criadas as condições para os receber. Mencionando também a questão do acesso à saúde, que já apresenta dificuldades para os locais e, ao nível da educação, a situação das escolas, que não têm estrutura para receber crianças de diferentes nacionalidades, línguas e culturas (Dias,2019).

O Presidente da Associação Solim, o Sr. Alberto Matos refere que, para além da crise habitacional, as más condições de trabalho e a exploração a que estes imigrantes laborais estão sujeitos, não só pelos donos das explorações agrícolas, mas também pelas empresas de trabalho temporário ou prestadoras de serviços – denunciando que estas “podem ser constituídas na hora e que podem desaparecer num minuto”, são fatores que determinam um nível de integração social e cultural bom ou mau. No caso de Odemira, explica que o modelo de produção agrícola praticado se assemelha ao “modelo californiano”, em que os donos das terras contratam essas empresas por um valor mais baixo, permitindo que estas recrutem imigrantes legais ou ilegais, colocando-os em situações precárias e de vulnerabilidade social (entrevista 2).

Suva, imigrante nepalês, a trabalhar no concelho de Odemira há mais de um ano, confirma esta realidade, afirmando que a maior parte dos imigrantes que vêm da Ásia não tem nenhum nível de educação e precisa de dinheiro para sustentar as suas famílias, então sujeitam-se a pagar muito dinheiro (que conseguiram juntar a custo) a empresas de recrutamento para virem trabalhar para Portugal. Acrescenta que o problema é o facto de muitas destas empresas ameaçarem os imigrantes, caso eles denunciem a forma ilícita como funcionam, dizendo que “os mandam de volta para o país deles” (entrevista 1).

4.3 Políticas governamentais e não-governamentais de integração

O Município de Odemira aderiu à “Rede dos Municípios Amigos da Diversidade” (RMAD) em março do ano 2014. Ao inserir-se nesta rede, começou também a aplicar o

“Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade” (IMAD), podendo transmitir a realidade que se vive no território, ao nível da imigração, o que permite a avaliação dos resultados da aplicação das políticas de imigração locais. A integração nesta Rede e a consciência de que a integração dos migrantes em Odemira necessita de estratégias mais eficazes, levou o Município a formalizar uma candidatura ao “Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros” (FEINPT), patrocinados pela Direção Geral da Administração Interna (DGAI) e pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), estruturando assim o projeto “Odemira Integra”. Este projeto é substanciado por um cofinanciamento, que está contemplado no “Programa Nacional do Fundo para o Asilo Migração e Integração” (FAMI).

Os dois planos municipais, que foram operacionalizados em Odemira, são uma extensão deste projeto. A Câmara Municipal de Odemira (2015) apresentou o primeiro “Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes” (2015/2017) como um documento estratégico, que partiu da identificação de necessidades nas comunidades de imigrantes, levando à delimitação de um diagnóstico, de forma a criar soluções integradas para melhorar a questão do acolhimento e integração local. A partir desta ótica, estruturou-se a “Dimensão Estratégica e Operacional de Intervenção”, que abrangeu várias áreas. A “Comissão Local para a Interculturalidade” - fórum de discussão sobre a questão migratória, constituído por instituições locais e regionais, públicas ou privadas e cidadãos individuais, evidenciou como prioridades de intervenção, as seguintes áreas:

- i) Serviços de Acolhimento e Integração;
- ii) Urbanismo e Habitação;
- iii) Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
- iv) Educação e Língua;
- v) Saúde;
- vi) Solidariedade e Resposta Social;
- vii) Cidadania e Participação Cívica;
- viii) Racismo e Discriminação.

O FAMI canalizou o valor de 93.694,11€ para auxiliar na implementação do plano, que atingiu o valor total de 124.925.48€. O financiamento externo foi necessário para a Câmara Municipal conseguir ter a capacidade de implementar no terreno as seguintes

medidas: contratação de mais técnicos para o CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes); tradução dos formulários dos serviços públicos, de forma a melhorar o acesso dos migrantes; criar um “kit de acolhimento”; estruturar um guião, que elucide os migrantes relativamente às leis e normas relacionadas com o setor agrícola; investir na requalificação profissional e nas aulas de língua portuguesa, alinhando com workshops nas escolas sobre o português como língua não materna; formações direcionadas para a diversidade cultural. A operacionalização destas medidas teve a participação e auxílio de outras entidades presentes no concelho, nomeadamente a TAIPA (Cooperativa para o desenvolvimento integrado) e a Escola Profissional de Odemira.

O CLAIM tem um papel preponderante no que concerne à integração de migrantes no município, porque é neste centro que os imigrantes são atendidos, sendo possível identificar as necessidades de cada um, individualmente. A sua criação resultou de um “Protocolo Multilateral de Colaboração”, assinado a 10 de julho de 2018 entre um conjunto de parceiros, nomeadamente a TAIPA, enquanto entidade promotora e executora, e tendo como entidades financiadoras: o Município de Odemira, a Associação de Produtores Agrícolas “Lusomorango”, as empresas agrícolas Haygrove, Sudoberry, Vitacress e Hall Hunter, e a Empresa de Trabalho Temporário “Multitempo”. As Juntas de Freguesia de S. Teotónio, Longueira/Almograve e Vila Nova de Milfontes também participaram (TAIPA, 2016).

O apoio ao CLAIM é assegurado pelo financiamento anual de 60.000 euros, sendo que metade suportada pela autarquia e a outra metade pelas empresas agrícolas. Esta parceria público-privada é uma mais-valia porque, uma vez que no concelho, e segundo Esteves (2016), “(...) 15,8% da população residente não tem nacionalidade portuguesa e, adicionalmente, entre os quase 4.000 residentes estrangeiros, 48,3% são nacionais de países terceiros, muitos trabalhando para empresas do agronegócio”, é essencial que existam apoios a projetos de integração.

A Vice-Presidente da Organização Taipa, Dra. Teresa Barradas, afirmou que “cerca de 80% dos imigrantes de Odemira já contactaram com a TAIPA nalgum momento do seu processo de integração, nomeadamente, através do CLAIM”, reforçando que esta é uma entidade essencial na integração de cada imigrante, porque faz a ponte com o SEF, tratando dos processos de legalização (entrevista 3).

O segundo plano foi estruturado para vigorar entre 2018 e 2020 e, tal como o plano anterior, contou com o cofinanciamento do “Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração” da UE, no valor de 104.721.22€, tendo sido o valor total da respetiva implementação de 139.628.29€. Este foi delineado com o objetivo de dar a continuidade às estratégias definidas do plano anterior, tendo em conta os resultados que foram verificados na sua aplicação no território (Câmara Municipal de Odemira, 2018). A necessidade de ampliar o espectro de intervenção levou a que fossem adicionadas mais duas áreas de intervenção, os media/participação cívica e religião. Relativamente, às novas medidas concretas da fase de execução, estas são: a transmissão de conhecimento e formação dos técnicos dos serviços públicos, de forma a que estes tenham a capacidade de fazer um atendimento adequado às necessidades de cada imigrante; a tradução e impressão do “kit de acolhimento ao cidadão migrante em Odemira”; ter em consideração a especificidade dos problemas mencionados pelos cidadãos no CLAIM, providenciado respostas de proximidade; a criação de um dia para celebrar a Interculturalidade, latente no concelho; transmitir informação aos cidadãos migrantes relativamente aos seus direitos e deveres, no que concerne ao arrendamento habitacional; distribuição de folhetos informativos sobre “apoio a melhorias habitacionais” e “apoio ao arrendamento”, com a respetiva tradução em 3 línguas; estruturação do “guião de acolhimento ao aluno e ao encarregado de educação migrante” e providenciar informação sobre a forma como funciona o SNS, melhorando o acesso. Recentemente, elaborou-se também, o projeto “Odemira Integra_3G”, com o mote de se proceder à prossecução das metas definidas nos dois planos municipais, acima mencionados, tendo sido concluído em agosto de 2020.

Estes planos surgem num contexto em que grande parte dos imigrantes laborais no território de Odemira, é atualmente, de origem asiática e, muitas vezes, pessoas com culturas percecionadas como muito diferentes da cultura do país de acolhimento podem ser vistas com estranheza e serem alvo de estereótipos pelos nativos do país de acolhimento (Maia, 2019). No artigo “Representações e estereótipos dos imigrantes russos e ucranianos na sociedade portuguesa” Mendes (2011) explica que a barreira linguística é um dos fatores de distanciamento entre a sociedade de acolhimento e os imigrantes e que existe a perceção de que os portugueses têm receio em relacionar-se com estas comunidades. Este tipo de situação acaba por dificultar o processo de integração, complexificando-o e contribuindo para a necessidade de uma abordagem bidirecional, que envolva as instituições locais e os migrantes.

Para além disso, assistiu-se ao aumento da pluralidade religiosa no concelho, que se compõe entre católicos, ortodoxos, protestantes, cristãos, judaicos e muçulmanos - tornando as entidades religiosas atores com papéis fulcrais na integração da comunidade migrante.

O primeiro “Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes”, de 2015-2017 apresenta como problemas na integração de migrantes com religiões diferenciadas as seguintes questões (Câmara Municipal de Odemira, 2015): o facto de existirem religiões entre os migrantes, como o islamismo, hinduísmo, budismo, que não assumem o conceito de templo e a existência de alguma intolerância; a ausência do suporte de um líder religioso, com presença prolongada no concelho; desconhecimento da opinião dos imigrantes relativamente à criação de condições para a prática do culto abrangendo várias religiões e falta de iniciativas suficientes e estruturadas, com o intuito de fomentar o diálogo inter-religioso.

Em resposta a estes problemas, a Câmara Municipal de Odemira identificou como possíveis soluções o facto de existirem no município “ (...) alguns espaços de culto informais e não estruturados, dinamizados pelas próprias comunidades, que refletem a diversidade religiosa” e “os padres, por sua iniciativa, realizam missas inter-religiosas em épocas festivas, como por exemplo no Natal, na localidade de Almogrove, com a participação de cidadãos de várias nacionalidades. Um dos padres do concelho construiu um livro de missa traduzido em ucraniano” (Câmara Municipal de Odemira, 2015).

No entanto, é no “Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes” de 2018-2020, que a Câmara formaliza o objetivo específico de “sensibilizar e permitir a celebração e partilha de momentos ecuménicos”, de forma a promover o respeito pelas diferentes religiões e culturas dos imigrantes (Câmara Municipal de Odemira, 2018).

O projeto “Giramundo”⁷ surge como uma medida de concretização deste objetivo – sustentado pelas reflexões desenvolvidas no “(...) Consórcio do CLAIM de Odemira (financiado pelo Município de Odemira, a Vitacress, Sudoberry, Lusomorango, Multitempo, Haygrove), do qual fazem parte o Município de Odemira, empresas (empregadoras de pessoas NPT), e Juntas de Freguesia, entidades colaboradoras no Plano Municipal para a Integração de Migrantes” (TAIPA, 2017).

⁷ <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/giramundo/>

A Vice-Presidente da Taipa, Dra. Teresa Barradas, explica que este projeto tem como intuito aproximar as comunidades e promover a interculturalidade, ocorrendo em duas fases: a primeira entre 2017 e 2020, em que este tinha uma configuração mais lata, onde, por exemplo, as atividades artísticas eram predominantes, uma vez que o financiamento o permitia. Acrescenta ainda, que a realização do projeto ia desde a parte da informação e sensibilização para a cultura local, com *workshops* de integração, alusivos à consciencialização rodoviária (para evitar riscos de atropelamento); educação ambiental (alertar para não se deitar lixo para o chão e ensinar como se separa o lixo), até à celebração dos dias nacionais (de países de origem representativos no concelho, como o Nepal e o Bangladesh) – onde cada comunidade de imigrantes realizava demonstrações culturais, que se dividiam entre a esfera religiosa, dos trajes tradicionais, dos jogos de cada país e da gastronomia. Este projeto acabou por gerar uma aproximação da comunidade imigrante à comunidade local, que se misturava com curiosidade e confiança, sublinha. Atualmente, a Dra. Teresa Barradas esclarece que os *workshops* de sensibilização são diretamente marcados com as empresas agrícolas (onde a maioria dos imigrantes trabalha) e realizados entre grupos, para minimizar possíveis contágios de infeção por Covid. O novo “Giramundo” apenas inclui a parte informativa e de sensibilização, ou seja, já não existem os eventos culturais – justificando, que a associação não tem obtido financiamento nesse sentido, porém tem conseguido outras conquistas neste âmbito, como a inserção na “Rádio Rio” (rádio em Odemira – disponível online) de podcasts do “Giramundo”, com entrevistas a imigrantes, tertúlias, curiosidades religiosas e culturais (entrevista 3).

Para além deste projeto, a TAIPA conjuntamente com a Câmara Municipal de Odemira, a freguesia de S. Teotónio, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Odemira (CPCJ), o Agrupamento de Escolas de S. Teotónio e com o financiamento do “Programa Escolhas, Alto Comissariado para as Migrações”, desenvolveu o projeto ST-E7G⁸, com o objetivo de promover a diversidade cultural como sendo um fator que beneficia o território. Este projeto tem como principal alvo os filhos dos imigrantes, que chegam a Odemira e necessitam de ultrapassar barreiras linguísticas e acederem às escolas do município para obterem um ensino que lhes ofereça novas oportunidades e os auxilie no processo de integração na comunidade (TAIPA, 2019).

⁸<https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/projeto-st-e7g/>

A Vice-Presidente da Taipa contextualiza que a necessidade de implementar este projeto no município surgiu com a chegada de uma primeira vaga de imigrantes oriundos da Ucrânia e da Bulgária, muitos de etnia cigana, à freguesia de São Teotónio, em que se verificou entre as crianças um afastamento da comunidade escolar. O projeto tem como um dos seus principais propósitos acabar com o absentismo escolar, considerando que a educação e a aprendizagem da língua portuguesa são o caminho para a integração. Acrescenta ainda, que a segunda vaga de imigrantes, que surgiu no concelho, trouxe migrantes oriundos do Nepal e da Índia, o que intensificou os desafios de integração, sobretudo ao nível cultural e da língua.

Em 2021, surge o “Projeto ST E8G”⁹, numa lógica de continuidade do anterior projeto, com o objetivo de fomentar a “integração social, escolar e comunitária das crianças e jovens migrantes”, na freguesia de S. Teotónio (TAIPA, 2020). A atual Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Odemira, Sra. Isabel Raposo, elogiou o trabalho que tem sido desenvolvido no agrupamento de escolas de S. Teotónio, referindo que, por exemplo, a alteração dos planos curriculares tem sido essencial na integração de crianças migrantes, revelando que, através da informação que lhe fazem chegar, os resultados têm produzido efeitos positivos. Porém, aponta o problema de que algumas destas crianças migrantes acabam por não completar ciclos, explicando que, por vezes, chegam apenas a meio do ano letivo ou vão embora – e este torna-se um obstáculo à boa integração destas crianças. Acrescenta ainda, que este é o conjunto de estabelecimentos de educação e ensino do concelho de Odemira que mais acolhe crianças e jovens: no ano letivo 2019/2020, 45,3% das crianças e alunos matriculados eram estrangeiras, considerando desde a Educação Pré-Escolar ao 9º ano do Ensino Básico (entrevista 4).

Apesar do trabalho que ainda existe por fazer no sentido da integração destas comunidades, verificámos que a parceria entre a TAIPA e o Município possibilita a partilha de recursos e a transmissão de informações fulcrais, contribuindo para uma atuação mais efetiva no terreno. A parceria público-privada entre o Município e as Empresas Agrícolas, que surgiu com o objetivo de financiar o CLAIM,¹⁰ de forma a facilitar o processo de regularização de migrantes, também é uma iniciativa inovadora

⁹ <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/projeto-st-e8g/>

¹⁰ <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/claim-centro-local-de-apoio-a-integracao-de-migrantes-de-odemira/>

que responde às necessidades das comunidades de imigrantes (de Graauw e Bloemraad, 2017).

Capítulo V- Conclusão

A mudança do paradigma migratório em Odemira resulta de dois fatores: a produção agrícola intensiva praticada pelas empresas, que, ao longo dos anos, encontraram boas condições ao nível de recursos para se sediarem no território e a escassez de mão-de-obra portuguesa para suprir as necessidades laborais destas produções. Consequentemente, os imigrantes acabam por ocupar as vagas de emprego que os locais não aceitam, não só pelo facto de haver uma população muito envelhecida, mas também pelas condições laborais precárias que as entidades empregadoras oferecem (Esteves *et al*, 2017; Piore, 1978). De acordo com a literatura analisada sobre as migrações laborais, de uma forma geral, este tipo de fluxos são o resultado das necessidades das sociedades industriais avançadas, que procuram trabalhadores que estejam dispostos a aceitar salários baixos e más condições laborais – a falta de mão-de-obra determina os fluxos migratórios, como é o caso de Odemira (Piore, 1978; Arango, 2003). Estes imigrantes acabam por aceitar estas propostas profissionais precárias, que são maioritariamente para desempenhar funções em estufas, porque, em comparação aos seus países de origem, os salários são mais altos e, geralmente, ficam a trabalhar em regime temporário com a intenção de a médio ou longo prazo, regressarem ao seu país (Oliveira e Gomes, 2019).

Verificámos também, que as redes migratórias têm um papel preponderante na perpetuação dos fluxos migratórios com destino a Odemira – os potenciais migrantes estabelecem contacto no país de origem com ex-migrantes que se encontram no concelho e estabelecem uma transmissão de informação útil relativamente ao processo da viagem, do trabalho e de habitação (Haug, 2008). A entrevista com a Dra. Teresa Barradas confirma esta realidade, sendo que a partir da sua experiência, ela verifica o facto de muitos imigrantes serem acolhidos por outros da própria comunidade que fazem a mediação do processo de chegada.

Com o aumento da presença de migrantes, o município sentiu a necessidade de unir esforços para criar medidas de integração para estas comunidades. Porém, têm vindo a deparar-se com alguns desafios que dificultam a efetividade deste processo. O maior desafio identificado neste município, que não estava habituado a receber um número avultado de migrantes no seu território, é a diversidade étnica - a grande maioria dos migrantes é proveniente do Nepal, Índia, Bulgária e Tailândia. Segundo a perspetiva dos

entrevistados, este fator dificulta o processo de integração devido à barreira linguística, tal como Mendes (2011) afirma, e também as diferenças culturais e religiosas subjacentes, que se traduzem no afastamento entre a comunidade migrante e os locais.

Para além disto, a falta de habitação digna e a escassez de recursos e infraestruturas, como o acesso a serviços públicos (saúde e educação), são dois fatores que complexificam o processo de integração. O Presidente da Associação Solim denunciou, ao longo da entrevista, as violações de direitos humanos a que estes imigrantes estão sujeitos - não só pela questão habitacional, mas também pela exploração laboral que acontece nas estufas. Em 2021, a pandemia Covid-19 veio expor esta situação e percebeu-se que por detrás da lógica de oferta e procura de trabalho, existe um cenário de precariedade e exploração. Garcés e Penninx (2016) sublinham que a dimensão socioeconómica da integração requer a concretização de direitos sociais e económicos, e o acesso a “instituições e serviços da sociedade recetora”, sendo estes dois requisitos imprescindíveis para que um município possa atingir um bom nível de integração.

No entanto, ao verificar que a dimensão socioeconómica da integração não está a ser operacionalizada com sucesso no território e que, muitas vezes, o acesso à saúde, habitação e educação é dificultado, atores locais governamentais e não governamentais têm procurado criar medidas para colmatar estes desafios, acompanhando a receção dos trabalhadores migrantes e o processo de integração. Diferentes entidades, como a Câmara Municipal de Odemira, Juntas de Freguesia, a TAIPA (Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado) e empresas agrícolas, uniram recursos e desenvolveram projetos conjuntamente, atribuindo um importante valor à governação local (Zapata-Barrero, Caponio, e Scholten, 2017). Dos projetos desenvolvidos localmente, destacamos o “Plano Municipal de Odemira para a Integração de Migrantes”, o “CLAIM”, “Giramundo” e o “ST projeto”.

O primeiro tem vindo a ser estruturado e implementado desde 2015, através da sinergia de conhecimento e recursos da Câmara Municipal de Odemira e da TAIPA. Segundo a informação extraída das entrevistas realizadas, o trabalho desenvolvido por estas duas entidades no campo da integração tem gerado resultados positivos - sendo que por essa via tem sido mais fácil identificar as necessidades das comunidades de imigrantes, de forma a criar soluções integradas de acolhimento e integração local. A Comissão para a Interculturalidade tem um papel fundamental neste processo, porque coloca à mesa as

entidades envolvidas, definindo uma metodologia de operacionalização do plano de integração e levando à consensualização na tomada de decisão.

O “CLAIM” também foi destacado como um bom exemplo dessa sinergia de responsabilidades entre diferentes entidades, tendo um importante papel no auxílio aos imigrantes, fazendo “a ponte com o SEF, tratando dos processos de legalização” (entrevista 3) e contribuindo para assegurar parte da dimensão jurídico-política da integração.

O projeto “Giramundo” surge para dar resposta aos desafios ao nível das diferenças culturais, promovendo a troca de conhecimento identitário entre as diferentes comunidades de imigrantes e a comunidade local, contribuindo para a consolidação da dimensão cultural-religiosa do processo de integração. Tal como o “ST projeto”, que apesar de ter o foco mais direcionado para as escolas do município frequentadas pelas crianças imigrantes, também tem fomentado a aproximação entre comunidades e, conseqüentemente, a melhoria dos níveis de integração - a alteração dos planos curriculares e o ensino da língua portuguesa têm tido um impacto positivo, facto mencionado nas entrevistas.

Podemos afirmar, que é patente o compromisso e o esforço do município no acolhimento e integração dos imigrantes – realidade que é expressa nas entrevistas realizadas e nas políticas que têm vindo a ser desenvolvidas no território. Adicionalmente, também se verificou que Odemira é um exemplo inovador de governação local, porque tem demonstrado capacidade para identificar necessidades, criar políticas e aplicá-las no território, de forma praticamente autónoma dos poderes centrais, criando práticas locais próprias para lidar com o aumento exponencial de imigrantes e com a integração dos mesmos.

Todavia, ao considerarmos a “(...) integração como um processo de estabilização do imigrante na sociedade recetora, em que este passa por uma mudança social, de forma a encontrar o seu lugar nesta nova realidade, encontrando um emprego, uma habitação, acesso à saúde e à educação. E em que se verifica a existência de cooperação e interação com a comunidade local, em que ambos agem para a obtenção da aceitação das especificidades culturais de cada um (Gárce e Phennix, 2016), podemos afirmar que Odemira é um concelho pioneiro na integração de imigrantes. No entanto, segundo os resultados da investigação desenvolvida e os acontecimentos que tivemos oportunidade de assistir ao longo destes dois últimos anos, consideramos que ainda existe muito

trabalho a desenvolver no sentido da efetividade da aplicação das políticas estruturadas e em dar uma resposta sustentável à integração – é notável que só intensificando a fiscalização laboral e reforçando os recursos dos serviços do município, é que se poderá verificar uma consolidação substancial dos direitos destas pessoas. A integração é um processo infindável; porém existem direitos sociais mínimos que devem estar assegurados em qualquer sociedade e o concelho de Odemira ainda tem um longo caminho a percorrer para os consolidar - porém, podemos também afirmar que esse caminho já se iniciou.

Concluindo, considero que a investigação teria ficado mais completa, caso tivesse sido possível realizar um maior número de entrevistas, tanto a imigrantes, como a pessoas que vivem em Odemira e vivenciam esta nova realidade todos os dias. Porém, devido às limitações impostas pela pandemia, não foi possível concretizar esse propósito. Apesar deste constrangimento, considero que o foco na perspetiva de entidades governamentais, não-governamentais e a entrevista concedida por um imigrante residente no concelho, ajudam a perceber a realidade migratória atual e contribuem para promover o debate público e académico, fomentando também um olhar crítico e fundamentado sobre como os imigrantes estão a ser integrados no município de Odemira e qual o papel das entidades locais em superar os desafios da integração de uma população tão diversa.

Referências bibliográficas

Aggestam, L., & Hill, C. (2008). The challenge of multiculturalism in European foreign policy. *International Affairs*, 97-114. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/25144717>

Alexander, M. (2003). Local policies toward migrants as an expression of Host-Stranger relations: A proposed typology. *Journal of ethnic and migration studies*, 29(3), 411-430. Consultado em 7 dez. 2020 Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691830305610>

Mikelatou, A., & Arvanitis, E. (2019). *Multiculturalism in the European Union: A Failure beyond Redemption?*. *International Journal of Diversity in Organisations*, 1-18. Consultado em 10 jan.2021. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/338185714_Multiculturalism_in_the_European_Union_A_Failure_beyond_Redemption

Arango, Joaquín (2003). Migração y Desarrollo. Rede Internacional de Migración y Desarrollo México, *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*, 2-4. Consultado em 15 jan.2021. Disponível em <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/full/10.7440/res54.2015.03>

Archer, M. (1996). Social integration and system integration: developing the distinction. *Sociology*, 30(4), 679-699. Consultado em 18 ago.2022. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038038596030004004>

dos Santos, M. A., Barbieri, A. F., De Carvalho, J. A. M., & Machado, C. J. (2010). Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. *Texto para discussão*, 1 (138), 6-16. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf>

Campos, M. B. D. (2015). Seletividade e migração. População, espaço e sustentabilidade: contribuições para o desenvolvimento do Brasil, 1,189-198. Consultado em 6 out.2021. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94508.pdf>

Marques, J. C., & Góis, P. (2012). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 24, 213-229. Consultado em 2 nov.2021. Disponível em https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/1036/1/artigo_int_2012.pdf

De Haas, H., Castles, S., & Miller, M. J. (2019). *The age of migration: International population movements in the modern world*. Bloomsbury Publishing, 1-12. Consultado em 6 fev.2021. Disponível em [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=Vh5HEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=De+Haas,+H.,+Castles,+S.,+%26+Miller,+M.+J.+\(2019\).+The+age+of+migration:+International+population+movement+s+in+the+modern+world&ots=](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=Vh5HEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=De+Haas,+H.,+Castles,+S.,+%26+Miller,+M.+J.+(2019).+The+age+of+migration:+International+population+movement+s+in+the+modern+world&ots=)

- de Castro, F. V., Fernandes, J. L., & Gama, R. (2016). *Redes, capital humano e geografias da competitividade*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 26. Consultado em 17 fev.2021. Disponível em [https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=dYSJDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=de+Castro,+F.+V.,+Fernandes,+J.+L.,+%26+Gama,+R.+\(2016\).+Redes,+capital+humano+e+geografias+da+competitividade](https://books.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=dYSJDAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA5&dq=de+Castro,+F.+V.,+Fernandes,+J.+L.,+%26+Gama,+R.+(2016).+Redes,+capital+humano+e+geografias+da+competitividade).
- Velez, M. D. F. G. (2011). Imigração e desenvolvimento em regiões de baixas densidades: territórios de fronteira no Alentejo (Portugal) e na Extremadura (Espanha) (Tese de Doutoramento não editada).
- da Europa, C. (2008). Livro branco sobre o diálogo intercultural: Viver juntos em igual dignidade. Estrasburgo: Conselho da Europa. 10-59.
- Díaz, G. (2007). Aproximaciones metodológicas al estudio de las migraciones internacionales. *Revista UNISCI*, (15), 16. Consultado em 10 dez.2020. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/767/76701508.pdf>
- Dustmann, C. (1999). Temporary migration, human capital, and language fluency of migrants. *scandinavian Journal of Economics*, 101(2), 297-314. Consultado em 17 fev.2021. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/14679442.00158>
- Esteves, A., Esteves, A., Amílcar, A., MCGarrigle, J., Malheiros, J., Moreno, L,...& Pereira, S.(2017). Condições de vida e inserção laboral de imigrantes em Portugal: Efeitos da crise de 2007-2008 (Vol. 60). *Observatórios das Migrações, ACM*. IP.19-157.
- Pereira, S., Moreno, L., Esteves, A., Esteves, A., & Malheiros, J. (2016). Reconfiguración de áreas rurales y explotación de mano de obra inmigrante: el caso de Odemira, Portugal. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, (81), 227-250. Disponível em <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36661>
- Feldmeyer, B. (2018). The classical assimilation model: A controversial canon. In *Routledge handbook on immigration and crime* (pp. 35-46). Routledge. Disponível em <https://www.taylorfrancis.com/books/edit/10.4324/9781317211563/routledge-handbook-immigration-crime-holly-ventura-miller-anthony-peguero>
- Fonseca, M. L., Esteves, A., & Moreno, L. (2021). Migration and the reconfiguration of rural places: The accommodation of difference in Odemira, Portugal. *Population, Space and Place*, 27(8), 1-10. Consultado em 8 mar.2021. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/psp.2445>
- Figueiredo, J. (2005). *Fluxos Migratórios e Cooperação para o desenvolvimento. Realidades compatíveis no contexto Europeu?* (Dissertação de Mestrado não editada), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, Portugal.
- De Graauw, E., & Bloemraad, I. (2017). Working together: Building successful policy and program partnerships for immigrant integration. *Journal on Migration and Human Security*, 5(1), 105-123. Consultado em 5 ago.2021. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/233150241700500106>
- Gurak, D. T., & Caces, F. (1992). Migration networks and the shaping of migration systems. *International migration systems: A global approach*, 151-176.

Haug, S. (2008). Migration networks and migration decision-making. *Journal of ethnic and migration studies*, 34(4), 2-10. Consultado em 18 set.2022. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13691830801961605>

Bosswick, W., & Heckmann, F. (2007). Integration of migrants: Contribution of local and regional authorities.

Jordan, L. P. (2017). Introduction: understanding migrants' economic precarity in global cities. *Urban Geography*, 38(10), 1455- 1458. Consultado em 10 set.2022. Disponível em <https://policycommons.net/artifacts/1836349/integration-of-migrants/2578830/>

Jorgensen, M. B. (2012). The diverging logics of integration policy making at national and city level. *International Migration Review*, 46(1), 244-278. Consultado em 20 ago.2022. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1111/j.1747-7379.2012.00886.x>

King, R. (2012). Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer, (Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations 3/12). *Malmö: Malmö University*, 3-3.

Lee, E. S. (1966). A theory of migration. *Demography*, 3(1), 47-57. Consultado em 19 dez.2020. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.2307/2060063>

Lindo, M.P. (2005). The concept of integration. Theoretical concerns and practical meaning, *Institute for Migration & Ethnic Studies*, 7-20. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/233932619_The_Concept_of_Integration_Theoretical_Concerns_and_Practical_Meaning

Garcés-Mascareñas, B., & Penninx, R. (2016). *Integration processes and policies in Europe: Contexts, levels and actors* (p. 206). Springer Nature.

Massey, D. (1990). Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration, *Primavera 1990*, 56 (1), 3-26. Consultado em 18dez.2020. Disponível em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12316385/>

Mendes, M. M. (2011). Representações e estereótipos dos imigrantes russos e ucranianos na sociedade portuguesa., 269-304. Consultado em 20 mai.2022. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12661>

Moreno, L., Esteves, A., & Fonseca, M. L. (2016). Opções empresariais, agricultura e contingências laborais no Sul de Portugal: o caso de Odemira no contexto da mundialização, In *Smart and Inclusive Development in Rural Areas. Actas del XI Iberian Conference on Rural Studies*, (pp.1-4).Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

Mouzelis, N. (1997). Social and System Integration: Lockwood, Habermas, Giddens. *Sociology*, 31(1), 111-119. Consultado em 10dez.2021. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038038597031001008>

Fabrizio, Natale, Sona, Kalantaryan, Marco, Scipioni, Alfredo, Alessandrini I., & Arianna, Pasa (2019). Migration in EU Rural Areas, 4-58. Disponível em <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC116919>

Negrão, F. (2015). Assembleia da República Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Relatório – COM (2014) 96. Disponível em <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path>

Nolasco, C. (2016). Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Oficina do CES, 434, 1-26. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32548>

Peixoto, J. (2004). As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas, 3-30. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>

Pires, R. P. (2003). Processos de integração na imigração, 63-76. Disponível em <https://ciencia.iscte-iul.pt/publications/processos-de-integracao-na-imigracao/61519>

Portes, A., & Landolt, P. (2000). Social capital: promise and pitfalls of its role in development. *Journal of Latin American Studies*, 32(2), 529-47. Consultado em 11dez.2020. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/158574>

Piore, M. J. (1978). Dualism in the labor market: A response to uncertainty and flux. the case of France. *Revue économique*, 26-37. Consultado em 16 jun.2021. Disponível em https://www.persee.fr/doc/reco_0035-2764_1978_num_29_1_408371

Reis Oliveira, Catarina, Gomes, Natália (2019). *Indicadores de Integração de Imigrantes* (Relatório estatístico anual) Alto Comissariado para as Migrações (ACM,IP), 27-40.

Rio, Puc (2014). *A Era das Migrações e suas transformações*, 48-66.

Sasaki, E. M. & de Oliveira Assis, G (2016) Teoria das Migrações Internacionais, *Anais* 1-19.

Schinkel, W. (2017). *Imagined societies: A critique of immigrant integration in Western Europe*. Cambridge University Press, 1-99. Consultado em 7mai.2022. Disponível em <https://books.google.pt/books?hl=pt->

Scholten, P., & Penninx, R. (2016). The multilevel governance of migration and integration. In *Integration processes and policies in Europe* (pp. 91-108). Springer, Cham.

Spreafico, A. (2009). O que quer dizer “integração” nas sociedades de imigração?. *Sociedade e Cultura*, 12(1), 127-138. Consultado em 7mai.2022. Disponível em <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/6905>

Taboadela, O., Maril, M., & Lamela, C. (2018). La superdiversidad migratoria en el medio rural: Odemira, Alentejo, un estudio de caso. *Finisterra*, 87-101.

Wieviorka, M. (2008). L'intégration: un concept en difficulté. *Cahiers internationaux de sociologie*, 221-240. Consultado em 7 mai.2022. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/25759235>

Wieviorka, M. (2014). A critique of integration. *Identities*, 21(6), 633-641. Consultado em 8mai.2022. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1070289X.2013.828615>

Zapata-Barrero, R., Caponio, T., & Scholten, P. (2017). Theorizing the ‘local turn’ in a multi-level governance framework of analysis: A case study in immigrant policies. *International Review of Administrative Sciences*, 83(2), 241-246. Consultado em 11 jun. 2022. Disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020852316688426>

Outras fontes

Agrotec.(2019). Lusomorango: a maior OP de pequenos frutos de Portugal está sediada em Odemira. Consultado em 20 jun. 2021. Disponível em: <http://www.agrotec.pt/noticias/lusomorango-a-maior-op-de-pequenos-frutos-de-portugal-esta-sediada-em-odemira/>

Alto Comissariado para as Migrações (2015). Plano Estratégico para as Migrações. Consultado em 10 out. 2021. Disponível em: https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf

Alto Comissariado para as Migrações (2015). Guia para a conceção de planos municipais para a Integração e imigrantes, 7-58. Consultado em 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/290240/Guia PMII AF digital final.pdf/a9930d83-e913-4a3c-b3a2-fad17ea66165>

Câmara Municipal de Odemira. (2015). CM Odemira / Odemira Integra (2015-2017). Consultado em 5 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cm-odemira.pt/pages/965>

Câmara Municipal de Odemira. (2018). CM Odemira / Odemira Integra + (2018-2020). Consultado em 7 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cm-odemira.pt/pages/1100>

Comissão Europeia. (2020). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social europeu e ao Comité das Regiões. Consultado em 5 ago. 2021. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal>

Comissão Europeia (2020). Action Plan on Integration and Inclusion. Consultado em 6 ago. 2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/ec-reveals-its-new-eu-action-plan-integration-and-inclusion-2021-2027_en

Comissão da Interculturalidade (2020). “ODEMIRA INTEGRA +, Plano Municipal para a Integração de Migrantes 2018-2020. Consultado em 8 nov. 2021. Disponível em: www.cmodemira.pt/uploads/document/file/13042/plano_municipal_para_a_integracao_dos_imigrantesodemira_integra20182020.pdf

Diário do Alentejo. (2020). Odemira é exemplo de integração de migrantes, Semanário Regionalista Independente. Consultado em 21 jun. 2021. Disponível em: <https://diariodoalentejo.pt/pt/noticias/9573/odemirae%E2%80%9Cexemplo%E2%80%9D-de-integracao-de-migrantes.aspx>

Diaz, C. (2019). Odemira já mal respira sob o plástico das estufas, Jornal Público. Consultado em 2 jul. 2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/03/17/local/noticia/culturas-intensivas-vieram-agravar-a-realidade-ambiental-social-concelho-odemira-1864562>

Esteves, Alina (2016). Portugal: Municipality introduces public-private partnership for immigrant integration, European Website on Integration. Consultado em 4 dez.2021. Disponível em: https://ec.europa.eu/migrant-integration/news/portugal-municipality-introduces-public-private-partnership-immigrant-integration_en

Maia, Vânia. (2019). Alentejo: será que o mundo inteiro cabe numa vila? Revista Visão. Consultado em 10 ago. 2021. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/atualidade/sociedade/2019-10-12-alentejo-viagem-a-uma-vila-onde-cabem-68-nacionalidades/>

OECD (2018). Working Together for Local Integration of Migrants and Refugees, 17-146. Consultado em 5 ago.2021. Disponível em: <https://www.oecd.org/publications/working-together-for-local-integration-ofmigrants-and-refugees-9789264085350-en.htm>

Parlamento Europeu. (2006). De Tampere a Haia. Consultado em 5 ago.2021. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=pt&type=IN-PRESS&reference=20061002STO11221>.

Pires, Rui. (2021). Políticas Migratórias de Integração. Lisboa: Portugal. Consultado em 18 agosto. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/Sec%C3%A7%C3%A3o-de-Migra%C3%A7%C3%A3o-e-Integra%C3%A7%C3%A3o-dFedera%C3%A7%C3%A3o-Distrital-PS-Porto-311061756114439/>

PORDATA. (2020). População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades. Consultado em 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%C3%A7%C3%A3o+estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-101>

PORDATA. (2021). Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório. Consultado em 7 set. 2021. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal/Saldos+populacionais+anuais+total+++natural+e+migrat%C3%B3rio-657>

TAIPA (2016). Consultado em 6 nov.2021. Disponível em <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/>

TAIPA. (2017). Consultado em 6 nov. 2021. Disponível em: [https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/giramundo-ii/TAIPA.\(2019\).](https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/giramundo-ii/TAIPA.(2019).)

TAIPA (2020). Consultado em 6 nov.2021. Disponível em: <https://www.taipa-desenvolvimento.pt/projetos/desenvolvimento-comunitario/projeto-st-e8g/>

Veiga, Nuno. (2021). Mais de 9600 imigrantes viviam legalmente no concelho de Odemira em 2020, Jornal Público. Consultado em 4 mai.2021. Disponível em: <https://www.publico.pt/2021/05/03/sociedade/noticia/9600-imigrantes-viviamlegalmente-concelho-odemira-2020-1961057>

Anexos

1) Entrevistas:

- Entrevista 1: Shuva, imigrante nepalês a residir no concelho de Odemira.
- Entrevista 2: Solidariedade Imigrante – Associação para a defesa dos direitos dos imigrantes.
- Entrevista 3: TAIPA – Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado.
- Entrevista 4: Vereadora da Ação Social da Câmara Municipal de Odemira, Representante dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes.

Guiões das Entrevistas

Entrevista 1

- Where are you from? what is your nationality?
- How long you live in Odemira?
- How did you get here? How was the process?
- What work do you do in Odemira?
- How much do you earn for a month working here?
- What are the biggest challenges and difficulties of living here?
- Are you learning portuguese? If yes, where? // If not, do you feel the need to learn?
- Do you feel that you are part of the community in Odemira?
- What does it mean to you to feel integrated in a society / what does integration mean to you?
- Do you want a future in Portugal (Odemira) or do you want to return to your country?

Entrevista 2

- A Associação Solidariedade Imigrante (SOLIM) tem desempenhado um papel fundamental na defesa dos direitos dos imigrantes. A concretização desses mesmos direitos materializa-se em políticas de integração. Que medidas e projetos têm sido desenvolvidos pela Associação para fomentar a integração dos imigrantes laborais?
- Enquanto Presidente de uma Associação de cariz solidário direcionada para a comunidade imigrante, quais os maiores obstáculos/desafios com que se tem confrontado

na concretização de um maior nível de integração destes imigrantes no distrito de Beja, mais concretamente, no concelho de Odemira?

-Em março de 2020, a secretária de Estado para a Integração e as Migrações (Cláudia Pereira) afirmou, numa entrevista ao Diário do Alentejo, que Odemira é um “concelho piloto” no que diz respeito à “integração de migrantes” pelas “boas práticas” aplicadas no território. Tendo em conta a sua experiência no terreno, concorda com esta afirmação? Porquê?

- Sabemos que, nos últimos anos, Odemira tem tido um aumento substancial de entrada de imigrantes oriundos da Ásia, para trabalhar, maioritariamente, nas estufas agrícolas. Considera que, o facto de o perfil de imigrante ter mudado, pode ter desencadeado um choque cultural dentro da comunidade local e poderemos considerar esse um fator dificultador da integração destes imigrantes ou considera que o choque cultural, se existe, é apenas pela ausência de políticas e infraestruturas necessárias à integração dos mesmos?

-O covid-19 veio destapar o véu sobre as condições desumanas em que muitos migrantes vivem em Odemira, nomeadamente, à crise habitacional que se tem vindo a agravar ao longo dos anos e a exploração laboral a que estes imigrantes estão sujeitos. O governo e as entidades competentes apressaram-se a afirmar que iriam ser criadas medidas para resolver o problema. Acredita na eficácia da ação governamental e considera que é possível a plena integração destes imigrantes nos próximos anos? Porquê?

-Na sua opinião como deveria ser promovida a integração dos imigrantes no concelho de Odemira?

Entrevista 3

-Qual o papel que a associação Taipa tem desempenhado para fomentar a integração de migrantes laborais em Odemira?

-Que medidas formais e informais a Associação Taipa tem tomado para lidar com o crescimento substancial da migração internacional laboral em Odemira?

-Sabemos que muitos migrantes vêm para cá trabalhar sazonalmente e outros ficam de forma permanente e até acabam por trazer a família – posto isto, quais as medidas de integração direcionadas para estes dois tipos de migrantes?

-Quais os maiores desafios, que a Associação Taipa enfrenta, no processo de desenvolvimento da integração destes migrantes?

-O projeto “Giramundo” promove o contacto intercultural entre as comunidades. Como classifica a adesão da comunidade local às atividades promovidas no âmbito do projeto e quais os resultados obtidos? Foram positivos ou ainda existe muito choque cultural para desconstruir?

-A Taipa tem tido um papel fundamental na integração dos imigrantes no município. Porém, apesar de todas as medidas e projetos desenvolvidos, em maio de 2021, no decorrer da fase mais crítica da pandemia, surgiu nos media denúncias relativamente às más condições de habitabilidade destas comunidades, mais especificamente, dos migrantes laborais. Com que olhar é que a TAIPA avalia este cenário?

-O que falta fazer para melhorar o nível de integração dos imigrantes em Odemira?

Entrevista 4

-Em relação a este projeto, que atores governamentais e não-governamentais fazem parte da sua operacionalização e como avalia o seu desenvolvimento ao longo do tempo?

-De uma forma geral, quais têm sido os resultados obtidos?

-O nível de integração melhorou ou continua a existir muito trabalho a fazer neste campo?

-Os planos municipais para a integração de migrantes no município são financiados pelo Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros (FEINPT) e pelo Fundo para o Asilo, Migração e Integração (FAMI) – o facto do financiamento ser externo condiciona a sustentabilidade das políticas de integração ou é suficiente para operacionalizar todos os objetivos dos Planos Municipais e garantir a perpetuação de um bom nível de integração destas comunidades?

- Sabemos que a questão habitacional é fulcral no que concerne a um bom nível de integração de um imigrante na sociedade. Em maio deste ano (2021), a pandemia veio destapar o véu sob a falta de condições habitacionais destas comunidades no município de Odemira. A Câmara Municipal, enquanto instituição pública, tem um papel fundamental na garantia dos direitos da sua população. Neste sentido, atualmente, que medidas têm sido desenvolvidas para alterar este cenário?

-À parte da questão da habitação, que depende também do governo central e da sua capacidade em delegar recursos para as entidades fiscalizadoras fazerem o seu trabalho e também das empresas agrícolas em promoverem habitação digna aos seus trabalhadores.

Qual o maior desafio/dificuldade que a Câmara Municipal de Odemira se tem debatido para integrar os imigrantes no concelho?